

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO E SAÚDE

GABRIELA BENEVIDES SOARES

**COMPREENSÃO DE NUTRICIONISTAS
DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOBRE
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Goiânia
2015

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

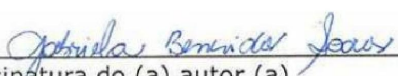
Nome completo do autor: Gabriela Benevides Soares

Título do trabalho: COMPREENSÃO DE NUTRICIONISTAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOBRE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do (a) autor (a)

Data: 29/06/2015

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

² A assinatura deve ser escaneada.

GABRIELA BENEVIDES SOARES

**COMPREENSÃO DE NUTRICIONISTAS
DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOBRE
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás, como exigência para obtenção do Título de Mestre em Nutrição e Saúde.

Orientadora: Prof^aDr^a Estelamaris Tronco Monego

Linha de pesquisa: Segurança Alimentar e Nutricional

Goiânia
2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Soares, Gabriela Benevides

Compreensão de nutricionistas da alimentação escolar sobre educação alimentar e nutricional [manuscrito] / Gabriela Benevides Soares. - 2015.

CVI, 106 f.

Orientador: Profa. Dra. Estelamaris Tronco Monego.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Nutrição (Fanut) , Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde, Goiânia, 2015.

Bibliografia. Anexos.

Inclui abreviaturas.

1. Educação alimentar e nutricional . 2. Nutricionistas. 3. Alimentação escolar. I. Monego, Estelamaris Tronco, orient. II. Título.

Ata número **OITENTA E OITO** de defesa de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Saúde da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Às OITO HORAS do dia VINTE E NOVE DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE, reuniu-se no Miniauditório Jatobá da FANUT/UFG, a Comissão Julgadora infra nomeada para proceder ao julgamento da Defesa de Dissertação apresentado (a) pelo (a) Pós-Graduando (a) **GABRIELA BENEVIDES SOARES** intitulada: **COMPREENSÃO DE NUTRICIONISTAS DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR SOBRE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL**, apresentado para obtenção do Título de Mestre em Nutrição e Saúde, junto à Área de Concentração: Nutrição e Saúde, desta Universidade. O (A) Presidente da Comissão Julgadora PROF^a DR^a ESTELAMARIS TRONCO MONEGO, iniciando os trabalhos, concedeu a palavra ao (a) candidato (a) para exposição em trinta minutos do seu trabalho. A seguir, o (a) senhor (a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos Examinadores, os quais passaram a arguir o (a) candidato (a), durante o prazo máximo de trinta minutos, assegurando-se ao mesmo igual prazo para responder aos Senhores Examinadores. Ultimada a arguição, que se desenvolveu nos termos regimentais, a Comissão, em sessão secreta, expressou seu julgamento, considerando o (a) candidato (a) Aprovado [Aprovado (a) ou Reprovado (a)]. Em face do resultado obtido, a Comissão Julgadora considerou o (a) candidato (a), Habilitado [Habilitado (a) ou não Habilitado (a)]. Nada mais havendo a tratar, eu Secretário Douglas Antônio Rocha Prado lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, foi por todos assinada em três vias de igual teor. Esta ata tem validade de trinta dias a partir da data da defesa. A expedição do diploma fica condicionada a entrega do volume final da dissertação com correções e demais documentos previstos em regulamento.

Goiânia, VINTE E NOVE DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE.

BANCA EXAMINADORA

ASSINATURA

PROF^a DR^a ESTELAMARIS TRONCO MONEGO

PROF^a DR^a LUCILENE MARIA DE SOUSA

PROF^a DR^a NILCE MARIA DA SILVA CAMPOS COSTA

A Banca Examinadora aprovou a seguinte alteração no título da dissertação:

Dedico este trabalho...

*À minha pequena Mariana, por despertar em mim o desejo de ser melhor a
cada dia e um exemplo em sua vida;
Ao meu marido, pelo seu apoio incondicional e por todas as vezes que
estive ausente;
Aos meus pais e irmão por todo o incentivo, esforço e dedicação durante
toda a minha vida.
Apesar de todas as dificuldades, vocês me ajudaram a chegar até aqui.
Serei eternamente grata.
Amo muito cada um de vocês!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar presente em todos os momentos de minha vida, me proporcionando tudo o que tenho. Por me iluminar, me guiar e principalmente por me amparar sempre que preciso;

À minha família por todo o incentivo. Aos meus pais por não medirem esforços para que eu realize meus sonhos, por todo o apoio e carinho e por sempre acreditarem em mim. Ao meu irmão pelo seu carinho e por me apoiar e auxiliar sempre que precisei. Ao meu marido pelo seu apoio incondicional, compreensão e amor, por sempre ter uma palavra de carinho e incentivo, principalmente nos momentos mais difíceis. À minha doce Mariana por despertar em mim o desejo de seguir em frente e ser um exemplo em sua vida;

À minha orientadora e amiga Estelamaris Tronco Monego pela oportunidade, confiança e orientação acadêmica, profissional e pessoal. Agradeço imensamente a sua compreensão e direcionamento em todos os momentos que precisei. Obrigada por sempre ter estado presente, desde o início de minha formação acadêmica, por ter acreditado em mim, me incentivado, ensinado e contribuído para que eu me tornasse uma profissional melhor;

À professora Neila Maria Viçosa Machado, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelo incentivo e ensinamentos, fundamentais para a construção deste trabalho. Obrigada por acreditar em mim;

Às professoras da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás que foram fundamentais em todo o meu processo de formação. Um agradecimento especial à professora Maria Claret Costa Monteiro Haddler, por ter me iniciado no mundo da pesquisa e da extensão;

Às amigas que fiz durante o mestrado, Géssica, Paula e Bibiana e à minha amiga desde a graduação Beatriz Assis, pelos momentos de apoio, incentivo e desabafo. Por me amparem sempre que precisei e por todos os momentos de risadas que tornaram essa trajetória mais leve. Meu carinho e admiração por vocês é muito grande;

Ao colegas do CECANE/UFG por terem me acolhido desde a época da graduação, contribuindo para a minha formação, pelo incentivo para ingressar na pós-graduação e por todo o apoio e confiança durante a construção deste trabalho. Um agradecimento especial a todos que me auxiliaram nas transcrições e na construção e análise dos Discursos do Sujeito Coletivo. Serei sempre grata;

À equipe do projeto “Ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas em municípios brasileiros”. O empenho e dedicação de todos foram fundamentais para a realização dessa pesquisa;

À minha amiga Simoni Urbano da Silva, por contribuir na minha formação desde a graduação, por confiar e acreditar em mim e por todas as palavras de incentivo e conforto. Pela sua disponibilidade, por compartilhar seus saberes e por todo o auxílio no decorrer da construção e análise dos dados dessa dissertação. Meu carinho e admiração é muito grande;

Aos nutricionistas do PNAE participantes da pesquisa, que tornaram possível a realização desse estudo;

Ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por ter financiado esse estudo, tão importante no conhecimento sobre a realização das ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar;

Aos membros das diversas bancas de avaliação pelas quais este estudo passou: professores Ida Helena de Carvalho F. Menezes, Jaqueline Lima, Karine Anusca Martins, Lucilene Maria de Sousa, Marcelo Medeiros, Maria Claret Costa Monteiro Haddler, Maria Hermínia Marques da Silva Domingues e Nilce Maria da Silva Campos Costa, agradeço por suas contribuições;

Às minhas amigas/irmãs desde a faculdade Daniela Bueno e Raquel Troncoso, por todos os momentos de alegria e risadas que me propiciaram, e principalmente por sempre estarem ao meu lado nos momentos que mais preciso. Amo muito vocês;

As minhas amigas de faculdade e pós graduação: Bárbarah Gregório, Beatriz, Carla Cristina, Lana Angélica, Larissa, Lívia, Raquel e Samira, por tornarem essa trajetória mais fácil e divertida.

RESUMO

A educação alimentar e nutricional (EAN) tem passado por mudanças conceituais e metodológicas ao longo das últimas décadas. No âmbito da alimentação escolar, a EAN representa um dos eixos de ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sendo competência do nutricionista coordenar e realizar essas ações em conjunto com os atores da escola, num contexto onde sejam contínuas, permanentes, problematizadoras e transversais. O objetivo deste trabalho foi conhecer a compreensão dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre a educação alimentar e nutricional. Trata-se de um estudo descritivo exploratório por meio de entrevistas a 50 nutricionistas da alimentação escolar das cinco macrorregiões brasileiras. Os dados foram coletados *in loco* de março a novembro de 2013 utilizando um roteiro semiestruturado de questões abertas. Os nutricionistas foram questionados quanto a sua compreensão sobre educação alimentar e nutricional, seu papel na realização dessas ações e quais fatores motivam e dificultam o desenvolvimento das ações de EAN no PNAE. A análise dos dados foi realizada por meio da técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), partindo do discurso bruto, do qual foram retiradas as expressões-chave e posteriormente as ideias centrais (IC). A partir das IC que compartilhavam os mesmos elementos em discussão, estas foram agrupadas em categorias que posteriormente compuseram os DSC. Foram analisadas quatro questões, e em cada uma delas foi escolhido o discurso que representava o maior compartilhamento de ideias centrais. Quanto à compreensão de EAN as falas evidenciaram que os nutricionistas entrevistados entendem ser um processo de ensino-aprendizagem sobre alimentação, sendo seu papel o ensino sobre alimentação e nutrição. O fator motivador mais compartilhado nas respostas foi a necessidade de formar hábitos alimentares saudáveis. Apesar de reconhecerem a necessidade de continuidade nas ações de formação de multiplicadores, a realização da EAN está condicionada à presença do nutricionista. Tal fato pode justificar a maior dificuldade relatada para sua realização no ambiente escolar, que é a falta de tempo e/ou de profissionais em número suficiente no quadro técnico. O tímido reconhecimento da necessidade de articulação e continuidade das ações nos discursos permite compreender a EAN no âmbito da alimentação escolar como um processo complexo que envolve todas as esferas sociais de inserção do indivíduo.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; nutricionistas; alimentação escolar.

ABSTRACT

Understanding nutritionists school feeding on food and nutrition education

Food and nutrition education (EAN) has undergone conceptual and methodological changes over the past decades. Under the school feeding, the EAN is one of the national program of action axes School Feeding (PNAE), and competence of the nutritionist coordinate and perform these actions together with the school actors in a context where are continuous, permanent, problem-solving and cross. The objective of this study was to understanding the nutritionists of the National School Feeding Programme on food and nutrition education. It is a descriptive exploratory study through interviews with 50 nutritionists school feeding of the five Brazilian regions. Data were collected on site from March to November 2013 using a semi-structured open questions. Nutritionists were asked about their understanding of food and nutrition education, its role in carrying out these actions and what factors motivate and hinder the development of the EAN of shares in the PNAE. Data analysis was performed using the collective subject discourse technique (DSC), starting from the raw speech, which were removed from the key expressions and later the central ideas (CI). From the IC who shared the same elements under discussion, these were grouped into categories that later composed the DSC. Four issues have been analyzed, and each was chosen the speech which represented the largest share of core ideas. As for the understanding of the EAN lines they showed that nutritionists interviewed see as a process of teaching and learning about food, and its role teaching about food and nutrition. The most motivating factor shared the responses was the need to form healthy eating habits. While recognizing the need for continuity in multiplier training activities, the realization of EAN is conditional upon the presence of a nutritionist. This may explain the higher difficulty reported for their achievement in the school environment, which is the lack of time and / or professionals in sufficient numbers in the technical framework. The shy recognizing the need for coordination and continuity of actions in the speeches allows us to understand the EAN under the school feeding as a complex process that involves all social spheres of the individual insertion.

Key words: food and nutritional education; nutritionists; school feeding.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CECANE- UFG	Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CNS	Conferência Nacional de Saúde
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito humano à alimentação adequada
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
EA	Educação alimentar
EAN	Educação alimentar e nutricional
ECH	Expressões chave
ENDEF	Estudo Nacional de Despesa Familiar
FAO	World Food Program of the Food and Agriculture Organization
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
IC	Ideias centrais
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MS	Ministério da Saúde
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNPS	Política Nacional de Promoção da Saúde
PPP	Projeto Político Pedagógico
QT	Quadro Técnico
RT	Responsável Técnico
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social

SUMÁRIO

CAPITULO 1.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
2.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL.....	13
2.2 A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	18
2.3 O NUTRICIONISTA, A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.....	22
3 OBJETIVOS.....	28
3.1 OBJETIVO GERAL.....	28
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	28
4 METODOLOGIA.....	29
4.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO MATRIZ.....	29
4.2 PROJETO DE PESQUISA.....	29
4.2.1 Caracterização da pesquisa.....	29
4.2.2 Instrumento para coleta de dados.....	30
4.2.3 Estudo piloto.....	31
4.2.4 Coleta de dados.....	31
4.2.5 Questões a serem analisadas.....	32
4.2.6 Análise dos dados.....	32
4.2.7 Aspectos éticos.....	34
REFERENCIAS.....	35
CAPITULO 2 – ARTIGO CIENTÍFICO	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
ANEXOS	71

CAPITULO 1

1 INTRODUÇÃO

A educação alimentar e nutricional (EAN) teve sua origem nos anos de 1930, e desde então tem evoluído guardando sintonia com as mudanças no cenário político e social do país. O panorama epidemiológico atual, com tendência crescente nos índices de sobrepeso e obesidade têm indicado ser a EAN uma importante estratégia de prevenção das doenças crônicas não-transmissíveis (BOOG, 2011; SANTOS, 2005).

No contexto das políticas públicas, a EAN pode ser vista como um eixo de ação para a garantia da segurança alimentar e nutricional (SAN) e da promoção da saúde. Apesar de ser estratégia recente e com campo de ação em construção dentro das políticas relacionadas à alimentação e nutrição vigentes, assumiu papel de destaque em 2012 com a proposição do Marco de Referência em Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2012).

De acordo com o Marco, o propósito da EAN é nortear os diferentes setores no desenvolvimento das ações, dentro dos seus contextos e abrangência, para que possam alcançar uma efetividade maior e consequentemente melhorar a qualidade de vida da população (MDS, 2012).

Na alimentação escolar, a EAN representa um dos eixos de ação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cujo objetivo é a formação de hábitos alimentares saudáveis. Nesse âmbito, as ações devem ser coordenadas pelo nutricionista, profissional responsável técnico pelo Programa, sendo executada de forma conjunta com os diferentes atores sociais envolvidos nesse processo (BRASIL, 2009a).

O PNAE inicialmente apresentava-se num modelo tecnicista e assistencialista, porém as modificações no contexto político-histórico do Brasil contribuíram com sua reformulação para um modelo que engloba as diferentes dimensões em que o escolar está inserido, bem como a inserção do nutricionista como responsável técnico por sua execução. Esse novo cenário inclui a inserção da educação alimentar e nutricional no ambiente escolar (PEIXINHO, 2013).

O presente trabalho está dividido em duas partes, sendo que a primeira traz uma síntese das contribuições teóricas que o fundamentaram, apresentando conceitos e a relação destes com o profissional nutricionista no âmbito da alimentação escolar. Na segunda parte apresentam-se os resultados, no formato de um artigo científico, e faz-se uma reflexão sobre estes, propondo caminhos para uma continuidade dos estudos sobre esse tema.

Este estudo é pioneiro ao investigar a compreensão de nutricionistas da alimentação escolar sobre EAN em âmbito nacional, num formato de entrevistas presenciais. Sendo a EAN um tema de grande visibilidade nas políticas de alimentação e nutrição, além de ter uma inserção recente no Programa Nacional de Alimentação Escolar, é oportuno conhecer a compreensão dos nutricionistas sobre essa temática, uma vez que representa uma de suas relevantes atribuições.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A educação alimentar e nutricional tem passado por inúmeras modificações conceituais e metodológicas desde os anos de 1930, o que pode ser justificado por constantes mudanças no panorama político e social do Brasil e do mundo (SANTOS, 2012).

As primeiras iniciativas nesse campo datam da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, quando a então denominada educação alimentar (EA) tinha sua fundamentação baseada na tese da ignorância alimentar e sua execução fundamentada nos interesses econômicos vigentes. Caracterizava-se pelo predomínio de uma educação higienista, normativa e centrada em recursos pedagógicos para a transmissão de conhecimentos, cujas ações estavam apoiadas na crença de que a informação, mesmo que isolada, pode modificar o comportamento das pessoas (LIMA, 1997).

A criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) nos anos 1940 representou a primeira tentativa de organização da política de alimentação do Brasil. Dentre seus objetivos estava a capacitação de pessoal para atividades de nutrição e de educação alimentar, extensíveis às famílias dos operários, mediante visitas domiciliares realizadas por visitadoras de alimentação. Nesse cenário, a educação alimentar tinha como objetivo reverter o processo de desnutrição por meio da melhoria nas condições de alimentação da população, consistindo um dos pilares dos programas governamentais de proteção ao trabalhador (ARRUDA;ARRUDA, 2007; BOOG, 2011).

De 1940 a 1960, a EA esteve vinculada às campanhas para introdução de novos alimentos fortemente apoiadas em práticas educativas, modelo que se tornou um dos pilares das políticas de alimentação e nutrição do período (SANTOS, 2005).

No panorama político mundial estava colocada a Guerra Fria, com uma divisão do mundo em dois grandes blocos econômicos e ideológicos: o norte-americano e o soviético. Diante da necessidade de reduzir os excedentes agrícolas, o governo norte-americano criou um programa de ajuda alimentar internacional, por meio do qual esses produtos eram enviados a países em desenvolvimento, como o Brasil. O pressuposto desta política americana era o de um projeto de

desenvolvimento de mercado para estimular a criação de um novo hábito alimentar, de forma que, ao cessar os excedentes de produção, os países beneficiados se vissem obrigados a manter a importação desses produtos (BOOG, 1997; BOOG, 2011; CAMOSSA et al., 2005).

No mercado brasileiro, o foco era o Programa de Merenda Escolar, cabendo aos órgãos competentes estimular o consumo de alimentos doados por programas sociais, como o *World Food Program of the Food and Agriculture Organization* (FAO). O fundamento assumido pela EA estava na ignorância e nas ações destinadas às classes de mais baixa renda, sendo a indústria de alimentos e os interesses econômicos quem ditava o conteúdo das ações educativas (BOOG, 2011; LIMA; OLIVEIRA; GOMES, 2003; SANTOS, 2005).

A partir da década de 1970, o binômio alimentação-educação cedeu espaço para o binômio alimentação-renda. As políticas de alimentação passaram a ser norteadas pelo pensamento técnico-científico da época e suas ações a privilegiarem a suplementação alimentar, a racionalização do sistema produtor de alimentos e o combate a carências nutricionais específicas (BOOG, 1997; SANTOS, 2005).

Os anos de 1974/1975 trouxeram a realização do Estudo Nacional de Despesa Familiar (ENDEF), cujo objetivo era coletar informações sobre orçamentos familiares e consumo de alimentos. Os resultados evidenciaram ser a insuficiência alimentar ocasionada pela baixa renda da população o principal problema alimentar no Brasil, descartando a ideia até então vigente de que a má alimentação ocorria por falta de informação. Nesse novo contexto, as estratégias de suplementação alimentar passaram a ser o eixo norteador das políticas (BOOG, 2011; IBGE, 1976; SANTOS, 2005).

Essa mudança de pressuposto promoveu ainda a mudança da terminologia, passando a educação alimentar a denominar-se educação nutricional (EN), cuja justificativa se baseava nos seguintes argumentos: caráter mais tecnicista nas intervenções, centradas no atendimento individualizado; o surgimento dos programas de educação nutricional em outros países, fortemente apoiados na epidemiologia das carências nutricionais; além da influência das publicações científicas que usavam como descritor a 'educação nutricional'. Nesse novo contexto, as ações de EN passaram a centrar-se na prática do profissional nutricionista de forma individualizada e normativa de orientação nutricional (BOOG, 2011; LIMA; OLIVEIRA; GOMES, 2003).

Os anos 1980 trouxeram novas possibilidades histórico-políticas ao Brasil e ao mundo, o que influenciou também os rumos da EN, com destaque para a proposição da educação nutricional crítica. Tal concepção identificava que a EN, de forma isolada, era incapaz de promover alterações nas práticas alimentares da população. Para tanto, com a proposta da educação nutricional crítica traziam a interface com os princípios da pedagogia dos conteúdos, a partir do que considerava-se que a EN, para além da neutralidade, é um ato político que dá oportunidades iguais ao educando e educador, à problematização da realidade e à conscientização dos caminhos contra a fome e a pobreza da população (SANTOS, 2005; VALENTE, 1986).

Como consequência desse novo pensar, as discussões incluíram a fome e não apenas a desnutrição, e a educação nutricional passou a contemplar não somente as práticas alimentares, como também a instrumentalizar a população sobre direitos de cidadania. Esse novo pressuposto está alinhado com eventos científicos da época, a exemplo das conferências de saúde, que abordavam esse empoderamento da população (FERREIRA; MAGALHÃES, 2007; SANTOS, 2005).

No Brasil, vale destacar a VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), de 1986, que trouxe como um dos temas, a saúde como direito, sendo evidenciado a alimentação como um dos determinantes para o exercício deste direito. Nessa mesma trilha, em nível internacional a II Conferência Nacional de Promoção da Saúde, em 1988 na Austrália, divulga a *Declaração de Adelaide*, com destaque para a alimentação e nutrição como um dos eixos da promoção da saúde. Esta carta reafirma as ações de alimentação e nutrição baseadas nas perspectivas do DHAA e da SAN, com vistas na garantia do acesso universal a uma alimentação de qualidade, em quantidade suficiente e considerando as particularidades socioculturais dos indivíduos. Tal proposta é firmada no Brasil, no mesmo ano, com a Constituição Federal que inclui a alimentação como estratégia de garantia da saúde, posteriormente reconhecida como um direito cidadão por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 64 (BOOG, 2011; BRASIL, 2010a; FERREIRA; MAGALHÃES, 2007; SANTOS, 2005).

Nos anos de 1990, o aumento na prevalência do excesso de peso e da obesidade, com a consequentemente resposta positiva sobre os indicadores de morbimortalidade por doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), foram determinantes para evidenciar que o problema da má alimentação ia para além do

poder aquisitivo. Essa compreensão fez com que fosse retomada a necessidade de intervenções por meio de ações educativas (BOOG, 2011).

A partir desse movimento a alimentação, por meio do termo 'promoção de práticas alimentares saudáveis' passa a integrar os documentos oficiais brasileiros como uma estratégia de enfrentamento dos problemas alimentares e nutricionais, bem como para a garantia do DHAA e da SAN. Essa nova proposta é baseada na ação crítica, contextualizada, com relações horizontais e com valorização dos saberes e práticas populares, alinhadas aos movimentos de democratização e equidade. É nesse novo panorama político e social, que ressurge a educação nutricional agora denominada de educação alimentar e nutricional (EAN), na qual as ações desenvolvidas se propõem a abranger desde os aspectos relacionados ao alimento até o abastecimento e transformação aos aspectos nutricionais (FERREIRA; MAGALHÃES, 2007; MDS, 2012).

A promoção da saúde demanda do Estado a implementação de políticas, programas e/ou ações que visem a realização do DHAA. A instituição da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), em 1999, pode ser vista como um marco nessa trajetória da EAN na perspectiva da promoção da saúde, pois alertava para a necessidade de um consenso sobre métodos e técnicas do processo educativo, entretanto neste documento a EAN ainda é apresentada de forma verticalizada na diretriz 4 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2003; SANTOS, 2005).

Nos anos 2000 a EAN ganha destaque em várias políticas de cunho social, destacando-se o Programa Fome Zero (PFZ), que contemplava a EAN por meio de duas vertentes de atuação: campanhas publicitárias e palestras sobre educação alimentar e educação para o consumo, com uma demanda para a inclusão obrigatória dessa temática no currículo escolar; e a importância do controle da publicidade e do aprimoramento da rotulagem de alimentos. Tais proposições serviram para colocar o tema educação alimentar e nutricional em discussão e consequentemente promover um aumento dessas ações nas iniciativas públicas (PROJETO FOME ZERO, 2001).

Em 2006 ocorreu a aprovação da Portaria Interministerial nº1010/ 2006, cujo propósito era estimular e fortalecer as práticas de EAN na escola, que fortaleceu a discussão em torno da EAN enquanto uma ação governamental (BRASIL, 2006^a).

No campo da Segurança Alimentar e Nutricional, cabe à EAN estender as ações para além do consumo de alimentos e do impacto na saúde. A atualização da

PNAN, em 2011, referenda a EAN em uma atuação multiprofissional, considerando a realidade local e com ações problematizadoras e construtivistas. Apesar de não haver uma diretriz específica para EAN, esta se mostra presente no texto, de maneira transversal, em todas as diretrizes (BRASIL, 2006b; BRASIL, 2010b; MS, 2012; SANTOS, 2005)

Complementar a essa Política tem-se o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlanSAN) que define metas prioritárias para serem desenvolvidas entre 2012/2015, incluindo a EAN, baseada também em uma atuação pública intersetorial (BRASIL, 2011).

Nesse contexto em que a promoção de práticas alimentares saudáveis são consideradas atividades estratégicas, a EAN assume um papel de destaque nas políticas implementadas. Porém, de forma paradoxal, a educação alimentar e nutricional, mesmo reconhecida como estratégia de ação, não apresenta um papel claramente definido. Tendo em vista ser necessária essa reflexão, em 2012 é lançado o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas (AMPARO-SANTOS, 2013).

Sua formulação se deu com a composição de um grupo de trabalho intersetorial, que elaborou texto para consulta pública, sendo posteriormente explicitado como um novo conceito de EAN:

“Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar” (MDS, 2012, p. 23).

Por meio desse conceito observa-se que a EAN busca agregar diferentes aspectos relacionados ao alimento e à alimentação, tais como a produção, abastecimento e transformação, bem como os aspectos nutricionais do alimento. Se

o termo nutricional parece limitado para qualificar a educação no campo da alimentação, por outro lado o alimentar retira do conceito a fundamentação na Ciência da Nutrição. Dessa forma, ao unificar os dois termos, há complementaridade e respeito aos determinantes físicos, emocionais, culturais, sociais e biológicos da alimentação (BOOG, 2011; MDS, 2012).

Amparo-Santos (2013) ao estudar os desdobramentos do marco de EAN no âmbito das universidades e para os aspectos culturais da alimentação identificou que a divulgação do novo conceito de EAN “ancorou em um porto e confere à sociedade brasileira uma bússola” (p.596). Segundo a autora, ainda há um longo caminho a percorrer até que o objetivo seja alcançado, e para tal é preciso refletir sobre o que está sendo ensinado sobre educação alimentar e nutricional nos currículos de Nutrição e o quanto essa formação se aproxima ou distancia do proposto naquele conceito.

2.2 A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A escola é um ambiente que integra comunidade, família, educando e educadores, representando espaço promissor para a promoção da saúde por meio das ações de educação alimentar e nutricional (EAN). Além disso, é considerada como um local que favorece as transformações sociais, por permitir em suas atividades discussões sobre cidadania, direitos humanos, sociedade, ética e direito à alimentação adequada (BARBOSA et al., 2013; COSTA et al., 2001).

Essa articulação entre saúde e educação é relatada por diferentes autores (ALBUQUERQUE; PONTES; OSÓRIO, 2013; ASSAO et al, 2014; VIEIRA; CORSO; GONZALEZ-CHICA, 2014). No âmbito das políticas públicas do país, a EAN adquiriu um espaço crescente em propostas de ações articuladas nos diferentes órgãos governamentais. O destaque é a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), implementada em 1999 e reformulada em 2011, que inclui em suas diretrizes a EAN como estratégia para promoção de uma alimentação adequada e saudável (MS, 2012).

Ainda no âmbito do Ministério da Saúde (MS) tem-se a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), implementada em 2006 e redefinida em 2014, que inclui dentre suas ações a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar,

por meio da divulgação de materiais sobre alimentação saudável para escolas, visando uma abordagem transversal no currículo escolar. O Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007 pelos Ministérios da Saúde e Educação, também destaca o ambiente escolar como palco de suas ações, por meio de parceria entre a saúde e a educação, sendo a promoção da alimentação saudável uma de suas atividades (BRASIL, 2007; BRASIL, 2014, MS, 2006).

O Ministério da Educação (MEC) considera a escola um espaço de formação de hábitos e escolhas saudáveis. A Portaria Interministerial nº 1010, de maio de 2006 é um dos marcos referenciais para a promoção da alimentação saudável nas escolas ao defenderem seu artigo 3º que as “ações de educação alimentar e nutricional, considerando os hábitos alimentares como expressão de manifestações culturais, regionais e nacionais” (BRASIL, 2006a; SANTOS, 2012).

Ainda no âmbito do MEC, destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerado como a política pública de maior duração no país na área de segurança alimentar e nutricional (SAN). Inicialmente cunhada como Campanha de Merenda Escolar nos anos 1950, tinha caráter assistencialista e o objetivo de contribuir para a melhora da alimentação escolar. Após sucessivas mudanças de denominação e filosofia, chegou-se ao modelo atual, onde se destacam a descentralização da administração da política, viabilizando a oferta de alimentos adequados com os hábitos alimentares locais; a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) buscando a efetivação e fiscalização da política nas esferas locais; a inserção do nutricionista como responsável técnico pela execução do Programa; a universalização do PNAE na rede de educação básica; além da inserção da educação alimentar e nutricional como um eixo prioritário de ação (PEIXINHO, 2013).

Atualmente o PNAE é regulamentado pela Lei nº 11.947/2009 e tem por objetivo:

“contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo”(BRASIL, 2009a, Art. 4).

Dentre as diretrizes que regem o PNAE, vale destacar a segunda, onde é descrito o papel da EAN:

“inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional”(BRASIL, 2009a, Art. 1).

Parece oportuno esse destaque, uma vez que o ambiente escolar, por abordar um público jovem e representar espaço de ensino para formação de comportamentos saudáveis é um espaço privilegiado e adequado para se inserir a educação alimentar e nutricional. No contexto do PNAE, a EAN permite integrar no currículo escolar temas como direito humano à alimentação adequada e segurança alimentar e nutricional, permitindo que o indivíduo conheça a sua realidade, os seus direitos e busque soluções para modificar o universo à sua volta. (BARBOSA et al, 2013; KOPS; ZYS; RAMOS, 2013).

Para que essa inclusão possa ser realizada, a Resolução CD/FNDE nº26/2013 estabelece o marco legal da EAN na alimentação escolar:

“conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetivam estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo” (BRASIL, 2013, Art. 13).

Nesta Resolução, são consideradas como estratégias de EAN:

“ações que promovam a oferta de alimentação adequada e saudável na escola; a formação de pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a alimentação escolar; articulem as políticas municipais, estaduais, distritais e federais no campo da alimentação escolar; dinamizem o currículo das escolas, tendo por eixo temático a alimentação e nutrição; promovam metodologias inovadoras para o trabalho pedagógico; favoreçam os hábitos alimentares regionais e

culturais saudáveis; estimulem e promovam a utilização de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e da sociobiodiversidade; estimulem o desenvolvimento de tecnologias sociais, voltadas para o campo da alimentação escolar; e utilizem o alimento como ferramenta pedagógica nas atividades de EAN”(BRASIL, 2013, Art. 13, itens I – IX).

Do ponto de vista teórico-metodológico, a EAN está inserida nas políticas públicas numa perspectiva da educação popular, com ênfase no diálogo e na busca da autonomia do sujeito. Entretanto, o que tem sido observado em estudos sobre esse tema, é que a proposição contida nas políticas não tem ressonância nas esferas estaduais e municipais, gerando um distanciamento entre o saber e o fazer. Ainda se faz bastante presente os modelos de aconselhamento dietético e a alimentação escolar como instrumento pedagógico não é contemplada, mantendo o caráter assistencialista (BARBOSA, et al 2013; SANTOS, 2012; RAMOS; SANTOS; REIS, 2013).

Estudo realizado com nutricionistas e/ou gestores da alimentação escolar em Goiás, cujo objetivo era a caracterização das ações de EAN nos municípios, evidenciou que, dentre os 214 municípios estudados, 195 (91,1%) afirmaram realizar ações de EAN. Um detalhamento dessa resposta mostrou tratar-se de atividades do tipo palestras (n=143; 81,7%) em eventos pontuais, tais como a Feira de Ciências e Semana da Alimentação (n=57; 32,6)(SILVA, 2013).

Cenário semelhante foi encontrado por Almeida (2014) ao estudar as ações de EAN em 388 municípios brasileiros. A autora observou que as ações de EAN são realizadas em 85,1% dos municípios entrevistados. Destes, 92,4% souberam citar quais ações eram desenvolvidas, sendo palestra (75,4%) a atividade mais citada. A maioria relatou uma frequência de atividade semestral e quanto à inserção no Projeto Político Pedagógico (PPP), menos da metade dos municípios incluem o tema alimentação e nutrição no currículo escolar e quando abordam é geralmente na disciplina de ciências (91,4%).

Dessa forma, vale destacar que cabe à EAN junto ao PNAE, ser instrumento para a construção coletiva do conhecimento, onde o planejamento pedagógico da escola integre o nutricionista, os gestores, a escola, a criança e a família. Nesse contexto, é indispensável inserir as práticas, crenças, saberes e vivências do

estudante de forma integrada, e não dissociados em práticas pedagógicas exclusivamente teóricas. Essa perspectiva da promoção da alimentação saudável no ambiente escolar faz com que seja necessária a adoção de uma pedagogia da problematização, promovendo uma visão integral e multidisciplinar do ser humano, que considera as pessoas, principalmente o escolar, em seu contexto familiar, comunitário e social (SOBRAL; SANTOS, 2010; YOKOTA et al, 2010).

2.3 O NUTRICIONISTA, A EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O primeiro curso de dietistas foi criado na década de 1940, durante o Governo de Vargas, e tinha como objetivo formar técnicos para atuarem nos restaurantes industriais buscando a melhoria da alimentação dos trabalhadores. Esses cursos só passaram a ser reconhecidos como de nível superior na década de 1960, com forte influenciada classe médica, que definiu os conteúdos do Currículo Mínimo. Essa origem fez com que a formação original do nutricionista fosse focada na administração e tratamento dietético dos enfermos. A disciplina de Educação Nutricional estava presente como disciplina obrigatória, entretanto devido à pouca importância das Ciências Sociais no currículo, limitava-se a uma formação cuja abordagem era prioritariamente prescritiva (FRANCO, 2006).

Com a criação dos cursos de educação superior de Nutrição iniciou-se uma luta pela regulamentação da profissão. Isso só ocorreu no final da década de 1960 com a Lei nº 5.276/1967, posteriormente revogada pela lei nº 8234/1991, constando, dentre as atribuições específicas do nutricionista, a execução de programas de educação alimentar (BRASIL, 1991).

Mantendo coerência com o momento histórico que privilegiava o modelo higienista e tecnicista na saúde, era papel do nutricionista, em meados dos anos 1970, realizar atividades de educação nutricional. Esta compreensão se dava por ser este profissional o detentor do conhecimento da Ciência da nutrição, sendo a sua função como educador transmitir esse conhecimento, de forma simples, para pessoas com baixo nível de escolaridade, ou seja, 'ensinar a comer' (BOOG, 2013).

Nos anos 1980, diante das discussões de ampliação dos conceitos de saúde e de promoção da saúde, surgiu uma necessidade de (re)discutir a formação dos

profissionais da saúde, incluindo o nutricionista. Nesse novo cenário de formação, passou-se a questionar o currículo muito teórico e pouco prático, que desconsiderava as necessidades do aluno, a realidade que este se encontrava e a deficiência de formação nas áreas sociais (FRANCO, 2006).

Uma reflexão articulada com a efervescente discussão no campo da promoção da saúde mostrava ser necessária a valorização do contexto social, criticando o modelo tradicional de ensino, uma vez que este não preparava o profissional para tal atuação. Ganha espaço então, as teorias do educador Paulo Freire, de educação problematizadora, no qual o aluno deixa de ser passivo se tornando sujeito do processo de aprendizagem juntamente com o professor, que tem o papel de facilitador do conhecimento. Nessa perspectiva, valoriza-se o saber do educando, assim como a realidade no qual está inserido, visando a criação de uma autonomia de pensamento e o desenvolvimento de uma opinião crítica e reflexiva (FREIRE, 1988).

Em sintonia com essa nova perspectiva, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), atribui às universidades, no exercício de sua autonomia, a competência de fixar os currículos de seus cursos, observadas as diretrizes gerais pertinentes. Isso ocorre por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), em 2001, que regem os cursos de Nutrição e tem como objeto o delineamento do perfil profissional, dos princípios que devem reger a prática do nutricionista, bem como na discriminação das competências e habilidades requeridas. Além disso, inclui elementos que direcionam uma estruturação mais qualitativa do curso, voltada para tornar o aluno mais apto para compreender e atuar diante das necessidades de saúde da população (FRANCO; BOOG, 2007; MEC, 2001; SOARES; AGUIAR, 2010).

Segundo as DCN, cabe às universidades formar um nutricionista:

“[...] com formação generalista, humanista e crítica. Capacitado a atuar, visando à segurança alimentar e a atenção dietética, em todas as áreas do conhecimento em que a alimentação e a nutrição se apresentem fundamentais para a promoção, manutenção e recuperação da saúde e para a prevenção de doenças de indivíduos ou grupos populacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade

de vida, pautado em princípios éticos, com reflexão sobre a realidade econômica, política, social e cultural”(MEC, 2001. Item 1, p.14).

Apesar da reforma curricular feita a partir da instauração das DCNs nas universidades, nem sempre se observa uma formação adequada desse profissional para um papel de educador. Existe um hiato entre as habilidades exigidas nesse campo de atuação e o que é oferecido pelas instituições de ensino superior, com uma hegemonia da teoria em relação à prática (BOOG, 2013; SOARES; AGUIAR, 2010).

Franco e Boog (2007) em estudo cujo objetivo foi analisar as concepções de professores da disciplina de educação nutricional sobre a relação entre teoria e prática na graduação, identificaram variações nessas concepções. Tal fato pode ser decorrente da falta de uma teoria específica para a educação nutricional; da pouca ênfase na formação em uma área do conhecimento de cunho social; a carga horária reduzida no currículo dos cursos; a deficiente concepção do que vem a ser uma atividade prática; além da inaptidão dos docentes em possibilitar a reflexão crítica da realidade e assim, promover a autonomia dos alunos. Para as autoras a relação entre teoria e prática pode ser equivocada ao acreditar que práticas de nutrição não associadas a um sólido referencial teórico em educação sejam capazes de proporcionar uma boa formação em educação.

Estudo de Pinheiro et al, realizado em 2011, buscou analisar a percepção de estudantes de graduação, profissionais egressos e professores de instituição superior, sobre o perfil de formação em saúde pública no Brasil. Dentre os professores da área de saúde pública das universidades, identificou-se a necessidade de abordagens de ensino capazes de articular metodologias ativas aplicáveis à realidade social. Os autores relatam que muitos currículos ainda seguem o modelo positivista, com pouca articulação entre teoria e prática, caracterizando um ensino linear, na qual primeiro é dada a teoria para depois praticar nos estágios curriculares que ocorrem ao final do curso. Reconhecem, portanto, como desafio a integração de práticas metodológicas problematizadoras e dialogadas com a realidade (PINHEIRO et al., 2012).

Uma vez no mercado de trabalho, várias são as possibilidades de atuação desse profissional. O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), órgão fiscalizador e regulamentador da profissão, define as áreas de atuação do nutricionista e

determina ser obrigatória a presença de uma execução de políticas públicas (CFN, 2005).

No âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cabe ao profissional nutricionista a responsabilidade técnica da Política. Dentre as atribuições desse profissional na alimentação escolar destaca-se:

“propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental, articulando-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição” (CFN, 2010, art. 3, item IV; BRASIL, 2009b).

Ainda no que se refere às recomendações do CFN, em municípios que atendem escolas com um total de até 500 estudantes, somente a presença do nutricionista responsável técnico (RT) é suficiente para a adequada execução do PNAE. A partir deste número é necessária a inclusão de outro(s) nutricionista(s) como quadro técnico (QT), considerando a carga horária mínima recomendada pelo CFN de 30 horas semanais (Quadro 1) (CFN, 2010).

Quadro 1. Parâmetros numéricos mínimos de referência de contratação de nutricionistas, por escola, segundo Conselho Federal de Nutricionistas.

Numero de alunos	Quantitativo de nutricionistas	
	Responsável Técnico	Quadro Técnico
Até 500	1	---
501 a 1000	1	1
1001 a 2500	1	2
2500 a 5000	1	3
Acima de 5000	1	3 + 1 QT a cada fração de 2.500 estudantes

Fonte: CFN (2010).

Os marcos legais e as DCNs indicam ser necessário um profissional capaz de atuar em múltiplas dimensões: a gestão, o planejamento e execução de cardápios e a educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2009a; CFN, 2010; MEC, 2001). Há portanto uma necessidade premente de rever os aspectos metodológicos

relacionados à formação do nutricionista. Essa afirmação pode ser confirmada em pesquisa realizada junto a 243 nutricionistas cadastrados no Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) em 2009, onde 66% desses profissionais afirmaram ter estudado o PNAE na graduação e desses, 79% relataram uma abordagem insuficiente para as necessidades do campo de atuação. Esse resultado indica a necessidade de uma formação específica após a graduação, sendo que 35,3% elencaram a educação nutricional como a principal demanda para cursos de formação (SANTANA; RUIZ-MORENO, 2012).

Uma forma de contornar essas dificuldades poderia ser a realização, pelos nutricionistas, do matriciamento da comunidade escolar na realização das ações de EAN. Esta é a metodologia de trabalho utilizada no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) cuja estrutura prevê um suporte dado pelos profissionais que compõem o NASF à equipe multiprofissional da atenção básica com o objetivo de ampliar o campo de atuação desses profissionais, bem como qualificar o atendimento. Ao trazer esse conceito de matriciamento para a prática da alimentação escolar o nutricionista assumiria a posição de suporte dos demais atores sociais, ampliando a realização das ações de EAN (MS, 2014; SANTOS, 2012).

A aplicação do matriciamento é possível, uma vez que a proposta de EAN considera as práticas alimentares como resultantes de um sistema alimentar que vai da produção ao consumo cabendo, portanto, a atuação de vários profissionais em um campo intersetorial. Uma vez que o desenvolvimento da educação alimentar e nutricional engloba diferentes atores sociais, cada um com seu saber específico, a atuação integrada permite fazer uma interface de conhecimentos e qualificar as ações (MDS, 2012; SILVA; RODRIGUES, 2010).

Entretanto, cabe ressaltar que ainda existe uma defasagem na abordagem teórico-metodológica, para o desenvolvimento dessas atividades, e uma dificuldade de articulação entre os atores envolvidos no processo. Isso pode estar relacionado ao fato de que nem sempre os atores sociais tem clareza de seu papel na alimentação escolar e em muitos locais a atuação do nutricionista está relacionada apenas à gestão do programa, não sendo valorizado o seu papel de educador e multiplicador de conhecimentos (CHAVES, et.al, 2013; JUZWIAK; CASTRO; BATISTA, 2013).

Considerando-se o exposto justifica-se investigar: o que o nutricionista da alimentação escolar compreende por educação alimentar e nutricional? Qual o seu papel frente à realização das ações de educação alimentar e nutricional? Quais são os fatores que motivam e/ou dificultam o desenvolvimento dessas atividades no ambiente escolar?

3 OBJETIVO

3.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer a compreensão dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre a educação alimentar e nutricional.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever o conhecimento do profissional nutricionista sobre EAN no contexto da alimentação escolar;
- Conhecer a opinião do nutricionista sobre seu papel no desenvolvimento das ações de EAN no contexto da alimentação escolar;
- Conhecer os fatores que motivam a realização das ações de EAN pelos nutricionistas da alimentação escolar;
- Conhecer os fatores que dificultam a realização das ações de EAN pelos nutricionistas da alimentação escolar.

4 METODOLOGIA

Trata-se de estudo de base de dados secundária, recorte do projeto matriz intitulado “*Ações de Educação Alimentar e Nutricional em Municípios Brasileiros*” desenvolvido pela equipe do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG) e financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

4.1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO MATRIZ

A pesquisa intitulada “*Ações de Educação Alimentar e Nutricional em Municípios Brasileiros*” foi executada no período de março a novembro de 2013 pela equipe do CECANE UFG. Seu objetivo foi avaliar as ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas em municípios selecionados nas regiões geográficas do Brasil, conforme disciplinado na Lei 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 38/2009.

Tratou de um estudo do tipo descritivo, de abordagem qualitativa. Participaram da seleção da amostra do estudo 432 municípios, dos quais foram selecionadas as capitais, o distrito federal e, por meio de um sorteio simples, um município do interior de cada estado do Brasil, totalizando uma amostra de 57 municípios. Como critério de inclusão foi considerada a realização de ações de educação alimentar e nutricional no município. Os municípios que se recusaram a participar do estudo foram excluídos e outro município do interior foi sorteado para substituí-lo na amostra.

A metodologia descrita abaixo inclui somente aquela referente ao recorte do projeto “*Ações de Educação Alimentar e Nutricional em Municípios Brasileiros*” tendo como sujeitos do estudo o profissional nutricionista.

4.2 APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

4.2.1 Caracterização da pesquisa

O projeto em discussão é uma pesquisa descritiva exploratória por meio de entrevistas semiestruturadas.

Os sujeitos do estudo foram os nutricionistas responsáveis técnicos (RT) ou pertencentes ao quadro técnico (QT) do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos municípios que participaram do projeto matriz “*Ações de Educação Alimentar e Nutricional em Municípios Brasileiros*”.

Foram excluídos da amostra os municípios que não possuíam nutricionista RT na alimentação escolar.

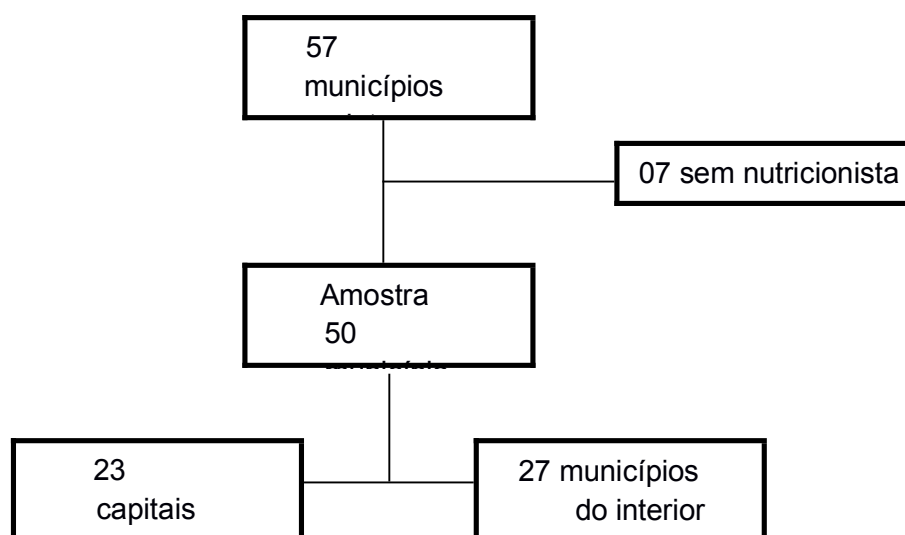


Figura 1. Representação da seleção da amostra. Brasil, 2014.

4.2.2 Instrumento para coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de um roteiro semiestruturado (Anexo A).

Para a elaboração do instrumento foi realizada, em janeiro de 2013, uma oficina na Faculdade de Nutrição intitulada “*Oficina de Pesquisa Qualitativa: EAN*” organizada pelo CECANE UFG. Participaram dessa oficina os coordenadores do

CECANE UFG, consultores, monitores externos, estagiários e alunos de pós-graduação envolvidos no Projeto Matriz.

O instrumento para coleta de dados do profissional nutricionista estava estruturado em quatro blocos: 1) identificação; 2) formação complementar; 3) atuação profissional e 4) educação alimentar e nutricional.

4.2.3 Estudo piloto

A equipe de execução da pesquisa foi previamente treinada com auxílio de um Manual do Entrevistador (Anexo B). Um estudo piloto foi realizado em dois municípios de Goiás em fevereiro de 2013, a fim de detectar possíveis falhas e limitações do instrumento. A escolha de tais municípios levou em conta não se tratarem de municípios que compunham a amostra do estudo nacional, bem como a proximidade de Goiânia, facilitando o acesso da equipe. Após o estudo piloto, ajustes necessários foram realizados no questionário e Manual do Entrevistador, antes do início da coleta de dados.

4.2.4 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por uma equipe composta por: duas coordenadoras, uma assessora administrativa e duas monitoras externas do CECANE-UFG; três coordenadoras do projeto “*Ações de Educação Alimentar e Nutricional em Municípios Brasileiros*” e três alunas do Programa de Pós Graduação de Nutrição e Saúde, todas previamente capacitadas.

Para a coleta dos dados foi realizada uma visita técnica a cada um dos 50 municípios incluídos no estudo, com a seguinte metodologia:

1. apresentação do projeto para o Secretário(a) de Educação, o gestor local do PNAE e o(a) nutricionista, com a finalidade de apresentar a proposta do estudo. Como gestor local do PNAE foi considerado o coordenador da merenda, gerente da merenda, diretor da merenda, Secretário de Educação ou outro profissional que se declarasse responsável pela gestão do PNAE no município;

2. reunião com o nutricionista responsável técnico (RT) do município ou nutricionista do quadro técnico (QT) para proceder a entrevista por meio de um roteiro semiestruturado.

As entrevistas foram gravadas e transformadas em arquivos de áudio mp3. Estes foram posteriormente transcritos pela equipe executora e estagiários do CECANE UFG, previamente treinados.

O controle de qualidade das transcrições foi realizado concomitante à análise de dados pela equipe, utilizando-se como metodologia o controle de qualidade de um em cada seis municípios. A tarefa incluía a escuta do áudio da entrevista e a comparação com a transcrição, observando sua equivalência. Com esta prática, pretendeu-se minimizar os erros.

4.2.5 Questões analisadas

Para o presente estudo foram analisadas as seguintes questões do roteiro semiestruturado (Anexo A):

Nº da questão	Questão analisada
1	No contexto da alimentação escolar, o que o(a) senhor(a) entende por educação alimentar e nutricional?
2	Na sua opinião, qual o papel do nutricionista no desenvolvimento das ações de educação alimentar e nutricional?
15	Quais fatores motivam a realização das ações de educação alimentar e nutricional?
16	Quais são as dificuldades encontradas para a execução das ações de educação alimentar e nutricional?

4.2.6 Análise dos dados

Os dados foram trabalhados por meio da técnica do discurso do sujeito coletivo. Após a transcrição das entrevistas gravadas, foi organizado um banco de

dados no software Qualiquantisoft®, a partir do qual foram identificadas as expressões-chave e as ideias centrais para cada fala dos sujeitos. As ideias centrais foram, então, categorizadas e para cada categoria foi construído um discurso coletivo.

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) é um *“discurso síntese redigido na primeira pessoa do singular e composto pelas expressões chave (ECH) que tem a mesma ideia central (IC), ou seja, é uma forma de fazer a coletividade falar diretamente por meio de um discurso”* (LEFEVRE;LEFEVRE, 2006, p.18).

Com isso, torna-se possível enquadrar vários depoimentos ou discursos em uma mesma categoria, sendo os depoimentos enquadrados na mesma categoria considerados como iguais ou equivalentes e podendo assim, somar as respostas da mesma forma que se soma repostas iguais de questões fechadas (LEFEVRE, 2005).

A proposta do DSC é de uma técnica metodológica que utilizando uma estratégia discursiva, visa tornar mais clara uma dada representação social. Para isso é necessária uma investigação qualitativa, ou seja, o pesquisador para saber o que uma pessoa ou grupo de pessoas pensam deve perguntar de modo que os sujeitos da pesquisa expressem um pensamento ou discurso, que é característico de questões abertas. Dessa forma, o DSC permite visualizar melhor a representação social na medida em que ela aparece não sob uma forma de quadros e tabelas, mas sim sob a forma de um discurso, do modo como os indivíduos pensam e falam (LEFEVRE; LEFEVRE, 2006).

Para a construção do DSC parte-se dos discursos em estado bruto, que são submetidos a análise para seleção das expressões chave presente em cada um dos discursos individuais que serão reunidas em ideias centrais ou ancoragens, terminando na construção de um discurso de representação social. Para tal processo é preciso utilizar as seguintes figuras metodológicas:

- ✓ *expressões chave (ECHs): são pedaços, trechos ou transcrições literais do discurso, que devem ser destacadas pelo pesquisador e que revelam a essência do depoimento;*
- ✓ *ideias centrais (ICs): são nomes ou expressões linguísticas que revela e descreve de maneira mais sintética, precisa e fidedigna possível, o sentido de cada um dos discursos brutos analisados e de cada conjunto homogêneo de ECHs;*

- ✓ *Ancoragem (AC): é a manifestação linguística explícita de uma dada teoria, ou ideologia, ou crença que o autor do discurso professa e que está sendo usada pelo enunciador para enquadrar uma situação específica (LEFEVRE, 2005, p. 17).*

Para que no processo de construção o DSC tenha sentido é preciso atentar para a coerência, ao posicionamento próprio do discurso, distinguir os diferentes discursos que podem surgir de uma mesma IC e a capacidade de produzir uma atmosfera artificial, na qual uma pessoa fala por um conjunto de pessoas. (LEFEVRE, 2005).

4.2.7 Aspectos éticos

O projeto matriz foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP/UFG), sob protocolo 034/2013. Todos os participantes foram esclarecidos sobre a possibilidade de desistir da pesquisa a qualquer momento, do sigilo das informações, e da utilização destas apenas para fins dessa pesquisa. A confirmação do aceite de participação foi mediante a assinatura de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo C) pelo entrevistado e do Termo de Anuência (Anexo D) pelos secretários de educação dos municípios autorizando a participação do seu município na pesquisa

REFERÊNCIAS

AÇÃO FOME ZERO. **Boletim de desempenho**: prêmio gestor eficiente da merenda escolar 2012. São Paulo: ano 6, n. 6, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.acaofomezero.org.br/premio/Paginas/home.aspx>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

ALBUQUERQUE, A.G.; PONTES, C.M.; OSÓRIO, M.M. Knowledge of educators and dieticians on food nutrition education in the school environment. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 3, n.26, p. 291-300, 2013.

ALMEIDA, G.M. **Ações de educação alimentar e nutricional no Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2014, 143 p. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Saúde) – Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás.

AMPARO-SANTOS, L. Avanços e desdobramentos do marco de referência de educação alimentar e nutricional para políticas públicas no âmbito da universidade e para os aspectos culturais da alimentação. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.5, n.26, p. 595-600, 2013.

ARRUDA, B. K. G.; ARRUDA, I. K. G. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, Recife, v. 7, n.3, p. 319-326, 2007.

ASSAO, T.Y.; WESTPHAL, M.F.; BÓGUS, C.M.; LARA, B.R.; CERVATO-MANCUSO, A.M. Alimentação escolar: o que o desenho infantil revela. **Journal of Human Growth and Development**, São Paulo, v.1, n.24, p.98-105, 2014.

BARBOSA, N.V.S.; MACHADO, N.V.M.; SOARES, M.C.V.; PINTO, A.R.R. Alimentação na escola e autonomia – desafios e possibilidades. **Ciência& Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p. 937-945, 2013.

BOOG, M.C.F. Educação nutricional: passado, presente, futuro. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 10, n.1, p. 5-19, 1997.

BOOG, M.C.F. Histórico da educação alimentar e nutricional no Brasil. In: DIEZ-GARCIA, R.W.; CERVATO-MANCUSO, A.M.; VANNUCHI, H. **Mudanças alimentares e educação nutricional**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011, p. 66-72.

BOOG, M.C.F. Educação em nutrição: por que e para quê? In: _____. **Educação em nutrição**: integrando experiências. Campinas, São Paulo: Komedi, 2013, p. 21-37.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8234, de 17 de setembro de 1991**. Regulamenta a profissão de nutricionista e determina outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/L8234.htm#art7>. Acesso em: 29 out 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria Interministerial nº1010 de 8 de maio de 2006**. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Brasília – DF, 2006a. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-1010.html>>. Acesso em: 29 out. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília – DF, 2006b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 02 jun 2015.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola e dá outras providências. Brasília – DF, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=14578:programa-saude-nas-escolas&Itemid=817>. Acesso em: 27 jan 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº11.947 de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília – DF, 2009a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 29 out. 2013.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: 2009b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>>. Acesso em: 8 maio 2011.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional nº64 de 4 de fevereiro de 2010**. Altera o 6º artigo da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Brasília – DF, 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc64.htm>. Acesso em: 25 nov 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto 7272, de 25 de agosto de 2010**. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília-DF, 2010b. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm>
Acesso em: 02 jun 2015.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012-2015 – PlanSAN**. Brasília – DF: CAISAN, 2011. 132p. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/LIVRO_PLANO_NACIONAL_CAISAN_FINAL.pdf.pagespeed.ce.NSQXeyLv0S.pdf> . Acesso em: 02 jun 2015.

BRASIL. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2009. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>>. Acesso em: 29 out. 2013.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Portaria nº 2446, de 11 de novembro de 2014**. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/prt2446_11_11_2014.html>. Acesso em: 03 dez 2014.

CAMOSSA, A.C.A.; COSTA, F.N.A.; OLIVEIRA, P.F.; FIGUEIREDO, T.P. Educação Nutricional uma área em desenvolvimento. **Alimentos e Nutrição**, Araraquara. v.16, n.4, p.349-354, 2005.

CFN – CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 380/2005**. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005.

CFN – CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 465/2010**. Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília, DF: 2010.

CHAVES, L.G.; SANTANA, T.C.M.; GABRIEL, C.G.; VASCONCELOS, F.A.G. Reflexões sobre atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n.18, p. 917-926, 2013.

COSTA, E.Q.; RIBEIRO, V.M.B.; RIBEIRO, E.C.O. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e conhecimento. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 14, n. 3, p. 225-229, 2001.

FERREIRA, V.A.; MAGALHÃES, R. Nutrição e Promoção da Saúde: perspectivas atuais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 1674-1681, 2007.

FRANCO, A.C.. **Educação nutricional na formação do nutricionista**: bases teóricas e relação teórico-prática. 2006, 188p. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Trabalho) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Federal de Campinas.

FRANCO, A. C.; BOOG, M. C. F. Relação teoria-prática no ensino de educação nutricional. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 20, n. 6, p. 643-655, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, Coleção Leitura. 1988.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estudo Nacional de Despesa Familiar. 1976.** Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_vigilancia_alimentar.php?conteudo=endef>. Acesso em: 25 jan 2014

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: Censo Escolar 2004. Brasília, DF: 2007. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/estudos_pesquisas/financ_gasto/pnae_relatorio2004_final.pdf>. Acesso em: 15 jan 2014.

JUZWIAK, C.R.; CASTRO, P.P.; BATISTA, S.H.S.S. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p.1009-1018, 2013.

KOPS, N.L.; ZYS, J.; RAMOS, M. Educação alimentar e nutricional da teoria à prática: um relato de experiência. **Revista Ciência & Saúde**, Porto Alegre, v.6, n.2, p. 135-140, 2013.

LIMA, E. S.; OLIVEIRA, C. S.; GOMES, M. C. R. Educação nutricional: da ignorância alimentar à representação social na prática da pós graduação do Rio de Janeiro (1980-98). **História, Ciências, Saúde** - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 603-635, 2003.

LEFEVRE, F. Princípios básicos e conceitos fundamentais do discurso do sujeito coletivo. In:_____. **Discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul, Rio Grande do Sul: EducS, 2005, p.13-35.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A.M.C. O sujeito coletivo que fala. **Interface – Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v.10, n.20, p. 517-524, 2006.

LIMA, E.S. Gênese e constituição da educação alimentar: uma síntese. **Physis: Revista Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 9-29, 1997.

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília,DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição**. Brasília, DF: MEC, 2001. 39p

MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/pactovolume7.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. 88 p. Disponível em: <<http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/pnan2011.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2014.

MS – MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Núcleo de Apoio à Saúde da Família**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. 116 p.

PEIXINHO, A.M.L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor municipal. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n.4, p. 909-916, 2013.

PINHEIRO, A.R.O.; RECINE, E.; ALENCAR, B.; FAGUNDES, A.A.; SOUSA, J.S.; MONTEIRO, R.A.; TORAL, N. Percepção de professores e estudantes em relação ao perfil de formação do nutricionista em saúde pública. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 5, n. 25, p. 631-643, 2012.

PROJETO FOME ZERO. **Uma proposta política de segurança alimentar para o Brasil**. São Paulo, SP: Instituto Cidadania, 2001.

RAMOS, F.P.; SANTOS, L.A.S.; REIS, A.B.C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.11, n.9, p. 2147-2161, 2013.

SANTANA, T.C.M.; RUIZ-MORENO, L. Formação do nutricionista atuante no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Nutrire - Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição**, São Paulo, v. 37, n.2, p.183-198, 2012.

SANTOS, L.A.S. Educação Alimentar e Nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 5, p. 681-691, 2005.

SANTOS, L.A.S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. 1. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.22, p.453-462, 2012.

SILVA, S.U. **Ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios goianos**. 2013, 121p. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Saúde) – Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás.

SILVA, K.L.; RODRIGUES, A.T. Ações intersetoriais para promoção da saúde na Estratégia Saúde da Família: experiências, desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.5, n.63, p. 762-769, 2010.

SOARES, N.T.; AGUIAR, A.C. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Nutrição: avanços, lacunas, ambiguidades e perspectivas. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.23, n.5, p.895-905, 2010.

SOBRAL, N.A.; SANTOS, S.M.C. Proposta metodológica para avaliação de formação em alimentação saudável. **Revista de Nutrição**, n. 23, v. 3, p. 399-415, 2010.

VALENTE, F.L.S. **Fome e desnutrição: determinantes sociais**. São Paulo: Cortez, 1986.

VIEIRA, T.V.; CORSO, A.C.T.; GONZÁLEZ-CHICA, D.A. Organic food-related educations actions developed by dieticians in Brazilian municipal schools. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 27, n. 5, p. 525-535, 2014.

YOKOTA, R.T.C.; VASCONCELOS, T.F., PINHEIRO, A.R.O.; SCHIMTZ, B.A.S.; COITINHO, D.C.; RODRIGUES, M.L.C.F. Projeto “a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.23, n.1, p.37-47, 2010.

CAPITULO 2 – ARTIGO CIENTIFICO

O manuscrito foi submetido ao periódico Ciência & Saúde Coletiva (ISSN: 1413-8123), cujo Qualis-Capes na área de Nutrição é B2 e o fator de impacto, segundo ISI/Web of Knowledge é 0.684. As instruções aos autores para submissão de manuscritos neste periódico estão apresentadas no Anexo E.

Título do artigo: Compreensão de nutricionistas da alimentação escolar sobre educação alimentar e nutricional

Article title: Understanding nutritionists school feeding on food and nutrition education

Autores: Gabriela Benevides Soares¹; Estelamaris Tronco Monego²; Neila Maria Viçosa Machado³

¹Mestranda do Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Goiás

² Professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás

³ Professora do Curso de Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina

Endereço institucional: Programa de Pós Graduação em Nutrição e Saúde. Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Rua 227, qd. 68, s/nº Setor Leste Universitário. CEP: 74605-080. Goiânia - GO

Endereço para correspondência: Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás. Rua 227, qd. 68, s/nº Setor Leste Universitário. CEP: 74605-080. Goiânia - GO. E-mail: gabibsoares@gmail.com

Categoria: Artigo original

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi conhecer a compreensão dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sobre a educação alimentar e nutricional (EAN). Trata-se de um estudo descritivo exploratório por meio de entrevistas *in loco* a 50 nutricionistas da alimentação escolar das cinco macrorregiões brasileiras. Os dados foram coletados de março a novembro de 2013 utilizando um roteiro semiestruturado. Os sujeitos foram questionados quanto a sua compreensão sobre EAN, seu papel na realização dessas ações e quais fatores motivam e dificultam o desenvolvimento das ações de EAN no PNAE. A análise dos dados foi realizada pela técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) por meio da identificação das figuras metodológicas (expressões-chave, ideias centrais e ancoragem) para construção do discurso. Os resultados evidenciaram uma compreensão de EAN focada na dimensão nutricional do alimento e na presença do nutricionista para a realização das ações. A necessidade de formar hábitos é o fator motivador para o desenvolvimento das ações e a maior dificuldade foi a falta de tempo do nutricionista, pela sobrecarga de atividades, e quantitativo insuficiente de profissionais. As falas apresentam ainda elementos que indicam uma prática profissional tradicional, pontual e prescritiva. Conclui-se ser oportuno o fortalecimento da formação em EAN tanto no nível da graduação, quanto nos processos de educação permanente.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; nutricionistas; alimentação escolar.

ABSTRACT

The objective of this study was to understanding the nutritionists of the National School Feeding Programme (PNAE) on food and nutrition education (EAN). It is a descriptive exploratory study through interviews on-site 50 nutritionists from school feeding all five Brazilian regions. Data were collected from March to November 2013 using a semi-structured. The subjects were questioned about their understanding of EAN, its role in carrying out these actions and what factors motivate and hinder the development of the EAN of shares in the PNAE. Data analysis was performed by the technique of Collective Subject Discourse by identifying the methodological figures (key expressions, central ideas and anchorage) for construction of the speech. The results showed an understanding of EAN focused on the nutritional dimension of food and the presence of a nutritionist to carry out the actions. The need to form habits is the motivating factor for the development of actions and the greatest difficulty was the lack of nutritionist time, the overload of activities, and insufficient professional quantitative. The lines still have elements that indicate a traditional professional practice, timely and prescriptive. The conclusion is it appropriate to strengthen the training EAN both at the undergraduate level , and in the continuing education process

Key words: food and nutritional education; nutritionists; school feeding.

INTRODUÇÃO

A educação alimentar e nutricional teve grandes modificações conceituais e metodológicas desde os anos 1930, cujas razões situam-se nas inúmeras mudanças no panorama político, econômico e social do Brasil e do mundo¹.

A partir dos anos de 1980 o surgimento de um movimento^{2,3,4} em torno da alimentação, trazendo para o contexto a ‘promoção de práticas alimentares saudáveis’, passou a integrar os documentos oficiais brasileiros como uma estratégia de enfrentamento dos problemas alimentares e nutricionais, bem como para a garantia do direito humano a alimentação adequada (DHAA) e da segurança alimentar e nutricional (SAN). Essa nova proposta tem sido ancorada na ação crítica, contextualizada, com relações horizontais e de valorização dos saberes e práticas populares, alinhada aos movimentos de democratização e equidade. Esse panorama contribuiu para a (re)construção do conceito de educação alimentar e nutricional (EAN), em que as ações desenvolvidas se propõem a abranger aspectos do Sistema Alimentar no seu conjunto, incluindo o acesso ao alimento, o respeito à diversidade cultural, social, econômica e a sustentabilidade^{1,3,5,6}.

Considerado como a política pública de maior duração no país na área de SAN, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que inicialmente era conhecido como Campanha de Merenda Escolar nos anos 1950, tinha caráter assistencialista e o objetivo de contribuir para a melhora da alimentação escolar⁷. O PNAE sofreu mudanças de denominação e filosofia, chegando-se ao modelo atual, cujo objetivo é “*contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e*

nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo(art.4)''⁸.

No contexto do PNAE, a EAN é definida como *“o conjunto de ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetivam estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo”* (art.13)⁹.

Segundo a lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009⁸ que rege o PNAE, a responsabilidade técnica da política cabe ao nutricionista. Dentre as atribuições desse profissional na alimentação escolar destaca-se a de *“propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional para a comunidade escolar inclusive promovendo a consciência ecológica e ambiental, articulando-se com a direção e com a coordenação pedagógica da escola para o planejamento de atividades com o conteúdo de alimentação e nutrição”*^{10,11}.

Para que o nutricionista seja capaz de atuar em conformidade com o estabelecido pela legislação do PNAE, esse deve estar formado para tal. Com a instauração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), em 2001, buscou-se qualificar a formação dos profissionais da saúde, incluindo os nutricionistas, com vistas a formar um profissional capaz de atuar frente a todas as necessidades da população. Entretanto, no campo da alimentação escolar, ainda se observa um hiato entre as habilidades exigidas no campo e o que é oferecido pelas instituições de ensino superior, com uma hegemonia da teoria em relação à prática, o que pode limitar a atuação do nutricionista na realização de educação alimentar e nutricional^{12,13}.

A ampliação do conceito de EAN trazida pelo Marco de Referência¹ considera as práticas alimentares como resultantes de um sistema alimentar envolvendo acesso ao alimento, respeito à diversidade cultural, social, econômica e a sustentabilidade, que podem ser desenvolvidas por diversos profissionais em um campo intersetorial.

Entretanto ainda existe uma defasagem na abordagem teórico-metodológica, para o desenvolvimento dessas atividades, e uma dificuldade de articulação entre os atores envolvidos no processo. Isso pode estar relacionado ao fato de que nem sempre os atores sociais tem clareza de seu papel na alimentação escolar e em muitos locais a atuação do nutricionista está relacionada apenas à gestão do programa, não sendo valorizado o seu papel de educador, multiplicador de conhecimentos e coordenador das ações de EAN^{1,14,15,16}.

O campo da alimentação escolar é promissor para a atuação do nutricionista e exige uma formação adequada¹⁶. Estudos^{17,18,19,20} com o objetivo de conhecer as ações de EAN na alimentação escolar, bem como a atuação do nutricionista no PNAE mostram que grande parte dos entrevistados afirmam realizar ações de educação alimentar e nutricional nos locais em que atuam. Quando são detalhadas o teor das ações desenvolvidas observa-se um predomínio de atividades pontuais, prescritivas e sem continuidade. Nos estudos citados acima observa-se também dificuldade do profissional nutricionista em diferenciar suas atribuições no PNAE de ações de EAN.

Tais resultados dos estudos sugerem mudanças na forma de se fazer educação alimentar e nutricional no PNAE, mas para isso torna-se necessário conhecer o que o nutricionista entende por EAN, uma vez que a prática é orientada pela concepção do profissional. Considerando-se o exposto, esse trabalho tem por objetivo conhecer a compreensão dos nutricionistas do Programa Nacional de Alimentação Escolar sobre a educação alimentar e nutricional. Para tanto serão discutidas as seguintes questões: no contexto da alimentação escolar, o que o(a) senhor(a) entende por educação alimentar e nutricional? Na sua opinião, qual o papel do nutricionista no desenvolvimento das ações de educação alimentar e nutricional? Quais fatores motivam a realização das ações de educação alimentar e nutricional? E quais são as dificuldades encontradas para a execução das ações de educação alimentar e nutricional?

MÉTODOS

Trata-se de pesquisa descritiva exploratória por meio de entrevistas, de base de dados secundária ao projeto matriz intitulado “*Ações de Educação Alimentar e Nutricional em Municípios Brasileiros*” desenvolvido pela equipe do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás (CECANE UFG). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, sob protocolo 034/2013.

Os sujeitos do estudo são 50 nutricionistas responsáveis técnicos (RT) ou do quadro técnico (QT) do Programa Nacional de Alimentação Escolar de municípios das cinco macrorregiões brasileiras que participaram do projeto matriz.

A coleta de dados foi realizada a partir de um roteiro semiestruturado elaborado pela equipe do CECANE UFG, dividido em quatro blocos: identificação, formação complementar, atuação profissional e educação alimentar e nutricional. O instrumento foi previamente avaliado em um estudo piloto com dois municípios que não participaram da amostra.

A coleta, entre março e novembro de 2013, foi realizada por entrevistadores previamente treinados, com entrevistas gravadas e posteriormente transformadas em arquivos de áudio mp3. Estes foram posteriormente transcritos e, concomitante à análise dos dados, foi realizado o controle de qualidade das transcrições por meio de escuta dos áudios simultânea à checagem dos questionários.

Para a análise dos dados foi utilizada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC)²¹. A proposta do DSC é de uma técnica metodológica que utilizando uma estratégia discursiva, visa tornar mais clara uma dada representação social. Para isso é necessária uma investigação qualitativa, ou seja, o pesquisador para saber o que uma pessoa ou grupo de pessoas pensam deve perguntar de modo que os sujeitos da pesquisa expressem um pensamento ou discurso, que é característico de questões abertas.

A análise dos dados incluiu a transcrição das entrevistas gravadas com a posterior organização das respostas no software Qualiquantisoft[®]. Para a construção do DSC partiu-se dos discursos em estado bruto, que foram submetidos a análise para seleção das expressões chave presente em cada um dos discursos individuais que foram reunidas em ideias centrais (IC) ou ancoragens (AC). As IC foram, então, categorizadas conforme afinidade e para cada categoria foi construído um discurso de representação social²¹.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo é pioneiro ao investigar a compreensão de nutricionistas da alimentação escolar sobre educação alimentar e nutricional (EAN) em todas as macrorregiões brasileiras, por meio entrevistas presenciais. A compreensão deste profissional é fundamental para o bom desenvolvimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), tendo em vista que dentre as atribuições do nutricionista na alimentação escolar está a de propor e realizar ações de EAN¹⁰. Foram visitados e entrevistados 50 nutricionistas da alimentação escolar de 50 municípios brasileiros (23 em capitais), distribuídos da seguinte forma: Região Norte (10), Nordeste (22), Centro-Oeste (6), Sudeste (10) e Sul (7).

As falas dos entrevistados estão representadas em forma de discurso conforme a técnica de análise. Para melhor compreensão e visualização dos resultados serão apresentados a seguir trechos extraídos dos discursos do sujeito coletivo referentes à categoria de ideia central mais compartilhada em cada questão analisada.

Compreensão sobre educação alimentar e nutricional

Esta questão teve como referencial teórico a resolução CD/FNDE nº 26 de 2013⁹ que traz o conceito de educação alimentar e nutricional (EAN) no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), construído a partir do conceito ampliado proposto pelo

Marco de Referência de EAN para as Políticas Públicas¹. A compreensão de EAN mais compartilhada pelos nutricionistas entrevistados pode ser vista no Quadro 1.

Quadro 1 – Discurso do Sujeito Coletivo referente à compreensão sobre educação alimentar e nutricional no PNAE.

DSC: Educação alimentar e nutricional é um processo de ensino-aprendizagem sobre alimentação (n=18; 33,86%)
<i>[...] “Educação alimentar e nutricional engloba repassar o que a gente sabe, o que seria necessário para que a criança aprenda a comer, e goste, né? Pra ter uma alimentação saudável. [...] Você ensinar de uma forma diferente, brincando, dando uma palestra, tirando alguma dúvida, uma coisa assim entendeu?[...] É maneira na qual a gente pode levar conhecimento de uma boa alimentação nas escolas e até mesmo pra família né. [...] Educação nutricional é isso, abrir a mente pra mostrar que a alimentação saudável, ela pode ser saborosa, não é só saboroso aqueles alimentos industrializados [...] a gente também entende que tem que ser uma coisa de forma contínua, ela tem que tá inserida nos projetos pedagógicos das escolas [...] E também para que a gente possa tá inserindo a comunidade escolar com a alimentação, com o PNAE pra que eles entendam porquê do cardápio, porquê do per capita, então tudo isso a gente passa aqui na educação alimentar e nutricional”[...]</i>

Nesse discurso é possível observar que o nutricionista se coloca como foco principal para o desenvolvimento das ações, ou seja, como detentor do conhecimento sobre alimentação e nutrição que irá repassar aos demais. Tal concepção vem na contramão do proposto pelos marcos legais da EAN na alimentação escolar, uma vez que, por definição, as ações devem ser multiprofissionais, cabendo ao nutricionista propor sua realização de forma conjunta com a equipe pedagógica^{1,5,9}.

Outro ponto contraditório com o atual conceito de EAN e que vale destacar nas falas dos sujeitos, é o viés tradicional dado à educação alimentar e nutricional. Isso pode ser exemplificado pelos termos utilizados nos discursos, tais como: ‘repassar o que a gente sabe’, ‘dando uma palestra’ e ‘levar conhecimento’. Os verbos utilizados remetem a um modelo educacional rígido e tradicional, que Paulo Freire²² chama de educação bancária, no qual o educador é o detentor do conhecimento que deve ser repassado ao educando. Nesse modelo não é considerado o contexto social em que o aluno está inserido, não havendo assim o

compartilhamento de saberes, que é característico da educação problematizadora, pressuposto atual nas ações de EAN^{1,9}.

Essa compreensão tradicional da EAN por parte dos entrevistados sugere que, apesar das discussões no campo da alimentação e nutrição seguirem a passos largos e acompanharem as mudanças políticas e ideológicas do país, a realidade ainda nos remete às metodologias e concepções utilizadas nos anos 1940 a 1970. Nesse período, a terminologia utilizada era educação alimentar, por sua característica forte sobre o ensinar a comer, a partir de teses que afirmavam a presença de uma ignorância alimentar. O que difere as ações atuais e as daquela época é o contexto do que se ensina a comer, uma vez que atualmente as atividades incentivam a alimentação saudável por meio da redução de consumo dos alimentos industrializados, de grande preferéncia e consumo pelos escolares^{5,23}.

Ramos et al.²³ (2013) observaram que na literatura científica no campo da EAN a maioria das metodologias utilizadas apresentam características de estudos epidemiológicos e, portanto, limitadas quando se trata de estudos do campo da educação, uma vez que mudanças ou incorporação de um novo hábito requer tempo, continuidade e uma associação com outros fatores relacionados ao indivíduo.

Nesse contexto, cabe destacar a continuidade das ações de educação alimentar e nutricional no ambiente escolar, uma vez que ações contínuas são capazes de levar à reflexão, provocar mudanças e desenvolver a autonomia do sujeito, em sintonia com um dos objetivos da EAN no PNAE de “*estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis*”⁸.

No DSC apresentado é possível observar que apesar das falas dos sujeitos estarem centradas no aspecto biológico do alimento, na sua relação com a saúde e em uma abordagem tradicional, há também um reconhecimento da necessidade de continuidade dessas ações. Uma das formas de inserir a EAN de forma contínua no ambiente escolar é com a inclusão do

tema nas disciplinas escolares por meio do Projeto Político Pedagógico (PPP), já que esse reflete a proposta educacional da escola. Entretanto, para que isso ocorra é necessário que o PPP seja planejado e executado a partir de uma construção coletiva, em que todos os atores da comunidade escolar estejam envolvidos⁹.

Apesar da legislação que ampara o PNAE prever a utilização da alimentação escolar como elemento pedagógico, os estudos que visam conhecer as ações de EAN no Brasil mostram uma incipiência nessa prática. Um estudo que buscou traçar o perfil da EAN em municípios goianos mostrou que 61% dos entrevistados afirmaram estar a educação alimentar e nutricional inserida no PPP das escolas, porém apenas 56,3% souberam relatar em quais disciplinas¹⁹. Outro de abrangência nacional constatou que menos da metade dos municípios que realizam EAN apresentam o tema alimentação e nutrição inserido no currículo escolar. E quando faziam era, em sua maioria, na disciplina de ciências¹⁹.

Corroborando com os resultados supracitados, Vieira et al.²⁴ (2014) ao investigarem a presença de ações educativas relacionadas a alimentos orgânicos nas escolas atendidas pelo PNAE encontraram que dos 5184 municípios brasileiros participantes da pesquisa, apenas 37,9% tinham esse tema inserido no currículo escolar. Tais dados levam a refletir sobre a real inserção do tema alimentação e nutrição no ambiente escolar, bem como na transversalidade das ações e no envolvimento dos demais atores sociais.

Segundo a legislação vigente, os eixos de atuação do PNAE são a oferta de alimentos e a realização de ações de EAN^{8,9}. Para Barbosa et. al²⁵ isso sugere que a *“comum prática de comer na escola deve se dar ao mesmo tempo que a prática de educar para o ato de comer, tanto dentro quanto fora da escola”*. Para isso, as ações devem englobar o direito à alimentação adequada e saudável e sua relação com a SAN, em favor da autonomia do aluno. Portanto, o papel do alimento na escola deve englobar todas as dimensões do sistema alimentar, bem como sua perspectiva como instrumento pedagógico capaz de possibilitar uma

discussão sobre a realidade social e potencial ação transformadora do ambiente escolar. O conhecimento dos alimentos possibilita ao sujeito fazer escolhas conscientes, exercendo sua autonomia²⁵.

Sendo assim, a EAN pode ser uma estratégia facilitadora para essa reflexão, uma vez que é necessário que os atores envolvidos no desenvolvimento dessas ações se apropriem desses significados, se enxerguem como uma equipe e juntos coloquem em prática seus saberes construídos coletivamente.

Papel do nutricionista no desenvolvimento das ações de EAN

Em 1994, houve uma ampliação do PNAE e com esta a inserção do nutricionista na alimentação escolar. Com isso, novas responsabilidades e atribuições foram incluídas, de tal forma que atualmente, dentre as muitas funções do nutricionista na alimentação escolar está a de propor e realizar ações de educação alimentar e nutricional junto com a equipe pedagógica^{8,9}.

Neste estudo, quando questionados sobre o seu papel no desenvolvimento das ações de educação alimentar e nutricional, a categoria de resposta mais compartilhada foi a de que o papel do nutricionista é ensinar sobre alimentação e nutrição, além de se reconhecer como sendo a pessoa chave para o desenvolvimento das ações (Quadro 2).

Quadro 2 – Discurso do Sujeito Coletivo referente ao papel do nutricionista na realização das ações de educação alimentar e nutricional.

DSC: O papel do nutricionista é ensinar as pessoas a se alimentarem corretamente (n=24;32,43%)
<i>[...]“O papel é de fundamental importância né? Porque sem o nutricionista pra orientar esse processo não tem como caminhar, porque a gente é o profissional que estudou, capacitou pra isso.”[...] Então ele (o nutricionista) que, digamos assim, toma a frente nessa questão entendeu, em tá podendo ensinar as pessoas, justamente levar a esse conhecimento, bolar estratégias.[...]O papel do nutricionista é mostrar a importância de cada nutriente... né?[...]Eu entendo que a gente pode trabalhar com parcerias, mas sempre na presença do nutricionista. Ensinando, desenvolvendo ações que possam tá facilitando o entendimento</i>

desses alunos... com relação a alimentação saudável, pra que eles possam tá desenvolvendo em suas casas, com seus pais, com sua família”[...].

O nutricionista tem papel de destaque na alimentação escolar, uma vez que é o responsável técnico pelo PNAE, tendo atribuições definidas e detalhadas nas legislações reguladoras do PNAE e do órgão regulador da profissão^{7,8,9}. Este pode ser um dos motivos pelo qual nas falas acima os nutricionistas entrevistados se colocam como imprescindíveis no desenvolvimento das ações de educação alimentar e nutricional.

Vale destacar também que para o CFN a educação nutricional, entendida aqui como orientação nutricional, é uma atividade privativa do nutricionista. Esta é diferente da educação alimentar e nutricional estabelecida pelo Marco de Referência, a qual pode e deve ser realizada de forma multiprofissional. Sendo a educação nutricional um espaço de atuação exclusiva do nutricionista pode influenciar a concepção sobre EAN e consequentemente o entendimento de que esta também é privativa do nutricionista^{1,27}.

Outro ponto a ser observado é o perfil de educação tradicional embutido nas falas dos sujeitos. Ao se colocar como sendo o ator principal no desenvolvimento das ações de EAN, por possuir um maior conhecimento sobre o assunto, nos remete a um modelo de educação no qual só está apto a ensinar quem detém esse saber²². Parece ser oportuno refletir sobre a falta de sintonia entre a ampliação do conceito de educação alimentar e nutricional e a reforma curricular dos cursos superiores, com um modelo biomédico ainda prevalente de atuação do nutricionista¹².

Esse perfil de atuação pautada em uma formação tradicional pode ser evidenciada nos trechos do discurso do sujeito coletivo (Quadro 3) ao observamos uma valorização do aspecto nutricional do alimento. Albuquerque et al.²⁷ ao estudarem a percepção de nutricionistas e professores sobre educação alimentar e nutricional no município de Recife-PE, observaram, nas categorias de respostas, uma lacuna no conhecimento dos professores sobre EAN para

além do foco de promoção da saúde e prevenção de doenças, o que não facilita a interface da EAN quanto a oportunizar aos sujeitos o reconhecimento do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Já em outro estudo com escolares de Guarulhos-SP²⁸, com o objetivo de identificar as percepções de crianças do ensino fundamental sobre alimentação escolar, evidenciou que os alunos percebem a alimentação escolar em três possibilidades: do alimento, do ambiente e das relações. Para estes, o valor biológico do alimento foi irrelevante quando comparado às demais dimensões cultural, social, ambiental e psicológica, indicando ser a visão holística da alimentação imprescindível para motivar a adoção de práticas alimentares saudáveis. Além disso, desenhos feitos pelos alunos ressaltaram a importância dos outros atores sociais, como professores e merendeiras, no processo de aprendizagem e desenvolvimento da formação de hábitos.

Apesar de haver uma predominância do profissional nutricionista no desenvolvimento das ações, a presença de parcerias foi citada pelos entrevistados. Historicamente, a escola é apontada como um ambiente privilegiado para o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional, por ser um local que facilita a articulação entre diversos atores sociais, permitindo assim a inclusão da comunidade na discussão de temas essenciais para a formação do indivíduo^{14,28}.

No presente estudo, foi possível identificar que o nutricionista reconhece esse espaço como local capaz de irradiar conhecimentos, pois compreende que o aluno aprende sobre alimentação e nutrição na escola e depois pode difundir esse conhecimento em seu domicílio. Tal compreensão encaminha para os princípios da educação crítica, que defende que qualquer pessoa está apta a compartilhar o seu saber com o do outro²². Porém, vale ressaltar que para o nutricionista essas parcerias só são efetivas com a sua presença, o que é uma contradição à compreensão do caráter formador atribuído à escola.

Essa fala contraditória pode ser reflexo da dificuldade que o nutricionista tem em formar multiplicadores para atuar com EAN nas escolas¹⁴. O estudo de Silva¹⁷ em municípios de Goiás encontrou um predomínio de nutricionistas responsáveis pela execução das ações de educação alimentar e nutricional, quando estas deveriam estar sendo desenvolvidas também por outros profissionais.

Essa dificuldade na definição dos papéis pode ser decorrente da falta de um item específico na legislação que defina o papel de cada ator social; como também da formação em um modelo tradicional dos profissionais da saúde, inclusive a do nutricionista. Ao analisar a percepção de professores e estudantes de nutrição sobre o perfil de formação dos nutricionistas, Pinheiro et. al²⁹ observaram que os entrevistados reconhecem a área de saúde pública como promissora na oferta de emprego, sendo o PNAE um dos locais de atuação mais citado. Entretanto reconhecem ser necessário habilidades específicas, dentre as quais a atuação multiprofissional, e atribuem ser essa uma falha, uma vez que a formação acadêmica do nutricionista ainda é baseada num modelo tradicional, na maioria dos cursos do país.

Essas lacunas na formação também foram estudadas por Barbosa et. al²⁵ que destaca fragilidades no que se refere ao nutricionista, no campo das Ciências Sociais, o que pode trazer insegurança quanto ao seu papel como educador; e o professor, por não ter formação no campo da alimentação. Albuquerque et al.²⁷ ressaltam a importância da atuação multiprofissional e destacam que, no que se refere à realização de ações de EAN, os professores assumem a primazia no papel de divulgador desse conhecimento, por estarem presentes na rotina dos alunos e terem mais facilidade de comunicação. Já os nutricionistas devem compreender que é papel dos professores utilizar os conhecimentos da EAN de forma transversal, uma vez que o currículo escolar permite isso. Mas para que seja efetivo, tanto professores quanto nutricionistas precisam estar formados para esse trabalho, realizando uma ação coletiva e cooperativa entre ambos e o espaço escolar.

Sendo assim, ao trabalhar com a formação de multiplicadores, o nutricionista reduz as fragilidades ao unir o saber científico sobre alimentação, que é próprio de sua formação, com o saber popular e as metodologias educacionais, que são próprias do educador^{15,25}.

Fatores que motivam a realização das ações de EAN

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) estabelece que todos os alunos tem direito a uma alimentação adequada, saudável e de qualidade na escola, contribuindo para a construção de hábitos alimentares saudáveis e consequentemente, promover a saúde, por meio da oferta do alimento e de ações de educação alimentar e nutricional^{8,9}.

Os nutricionistas foram questionados sobre o que os motivavam a realizarem as ações de EAN nas escolas. Os trechos do discurso da categoria de ideia central mais recorrente está descrito no Quadro 3.

Quadro 3 – Discurso do Sujeito Coletivo referente aos fatores que motivam a realização das ações de educação alimentar e nutricional no PNAE.

DSC: Formação de hábitos alimentares saudáveis (n=26; 49,6%)
<i>[...]“No momento nós estamos tendo vários distúrbios nutricionais entre as crianças, hipertensão, diabetes, colesterol, intolerâncias, alergias. A gente fez a avaliação antropométrica dos alunos, e tem bastante caso de sobrepeso e de obesidade infantil, hábitos alimentares errôneos né, bastante consumo de alimentos industrializados.[...]Então esses são os fatores que mais motivam a levar as ações de educação nutricional pras escolas. [...] Essa questão dos alunos na hora do intervalo não querem alimentação escolar que é fornecida, deles quererem comprar no vendedor ambulante refrigerante, salgados, cheetos, pipoca e a questão também deles trazerem de casa ou os pais deixar esses alimentos que não são saudáveis. [...] Ah o resultado né, vê as crianças realmente consumindo a salada, fruta, se divertindo com isso, levando pra casa. É um público que dá mais atenção pra gente e também que é uma fase que a gente sabe que tá na formação dos hábitos né?[...].</i>

Ao observarmos as falas dos sujeitos temos que a base para o planejamento dessas ações é o crescente aumento dos distúrbios nutricionais na população escolar. Ao longo das últimas décadas, a prevalência de obesidade infantil aumentou em um ritmo alarmante e tornou-se um grave problema de saúde pública. No período entre 1989 a 2009, esse valor

quadruplicou, para a faixa etária de 5 a 19 anos, tanto que em 2009 uma em cada três crianças com idade entre cinco e nove anos estavam acima do peso recomendado pela Organização Mundial da Saúde, enquanto entre os adolescentes esse índice era de 21,5%³⁰.

Vários estudos buscam avaliar o perfil corporal de crianças e adolescentes, bem como os fatores de risco associados. A presença de sobrepeso e obesidade na infância é um fator de risco para sua manutenção na idade adulta, que poderá ser somado ao aparecimento de outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) ao longo da vida^{31,32,33}.

Esse novo cenário indica a necessidade de estratégias para controlar o problema e suas consequências. E dentre as ações propostas está a promoção da alimentação saudável, inserida nas políticas públicas de alimentação e nutrição por meio do eixo educação alimentar e nutricional^{8,34,35}.

A escola constitui um ambiente privilegiado para o desenvolvimento de práticas alimentares saudáveis de crianças e adolescentes. Muitos estudantes fazem a maioria das suas refeições diárias na escola e, considerando que nesta fase da vida ações de intervenção podem ser mais efetivas, é maior a possibilidade de que hábitos alimentares saudáveis adquiridos nessa faixa etária influenciem positivamente as preferências alimentares na idade adulta^{36,37}.

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE)³⁸, realizada em 2012, tinha dentre seus objetivos conhecer a alimentação de adolescentes da rede pública e privada. Os resultados apontam um consumo de guloseimas (doces, balas, bombons, chicletes ou pirulitos) em cinco dias ou mais na semana por 41,3% dos entrevistados. Já as informações referentes apenas aos alunos das escolas públicas, indicam que apenas 22,8% referiram ter o hábito de comer a alimentação oferecida pela escola.

A rejeição à alimentação escolar também foi evidenciada em estudo que buscou estudar as escolhas alimentares dos adolescentes de escola pública no intervalo das aulas. Os resultados indicam que a maioria considera a alimentação escolar importante para a saúde,

mas preferem os lanches que podem ser comprados próximos à escola ou trazidos de casa, geralmente industrializados ou composto por guloseimas³⁹.

Segundo os nutricionistas entrevistados, há uma preferência de alimentos industrializados ao invés da alimentação escolar nos municípios em que atuam. Essa modificação nos padrões alimentares e o crescente índice de excesso de peso na população infantil faz da promoção da alimentação saudável um tema motivador para desenvolver as ações de EAN⁴⁰, principalmente quando as atividades educativas produzem resultado, como citado no discurso.

Modificações nos padrões alimentares por meio de intervenções de EAN também foram evidenciadas em outros estudos^{23,36,40,41}. Rangel et. al⁴² destaca ainda, em estudo de revisão, que a educação alimentar e nutricional é vista como solução para as dificuldades do PNAE referentes à formação do hábito alimentar.

Contudo, vale ressaltar que a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar deve partir de uma visão integral e multidisciplinar do ser humano, que considera os indivíduos, principalmente aqueles em idade escolar, no contexto familiar, comunitário e social, visando a garantia da SAN. Nesse contexto, essa aquisição deve passar por um processo de construção da autonomia, que só parece possível, por meio de uma educação crítica e reflexiva, a qual engloba os diversos atores sociais e seus saberes^{22,42}.

Dificuldades para a realização das ações de EAN

Compreendendo a educação alimentar e nutricional como uma das atribuições do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar, é útil identificar as possíveis dificuldades para sua realização. As respostas dos nutricionistas entrevistados indicaram como a principal dificuldade para a realização das ações de EAN a falta de tempo ou de quantitativo de nutricionistas na alimentação escolar (Quadro 4).

Quadro 4 – Discurso do sujeito coletivo referente as dificuldades para realização das ações de educação alimentar e nutricional no PNAE.

DSC: Falta de tempo do nutricionista e/ou quantidade insuficiente de nutricionistas (n=28; 37,33%)
<i>“Primeiro que o número de nutricionistas né? No município é somente eu, então a gente não tem tempo pra tá realizando atividades assim [...] A principal dificuldade é a extensão, o tamanho da rede né? do número de escolas, do número de escolares, do número de professores; essa é uma dificuldade que a gente encontra, a extensão territorial que é grande, questão de dificuldade de deslocamento, que vem transporte, distância. Essa é uma questão física né? do acesso a todas essas unidades.[...]Fora isso também, as outras atribuições né? que às vezes a gente tem que fazer o nosso papel e a gente tem que tá cobrando do setor de compras, [...] a gente tem que tá tendo esse cuidado, fazendo os cronogramas, o controle mesmo né? as guias, às vezes a nutricionista faz todo o controle de compra, de gastos, de custos, de estoque, então às vezes eu levo bastante tempo fazendo isso”[...].</i>

Dentre as áreas de atuação do profissional nutricionista, a alimentação escolar é a que mais tem crescido em anos recentes. De 2003 a 2011, o número de municípios com este profissional cadastrado cresceu de 12% para 79%¹⁴. Entretanto, apesar deste crescimento ainda existe um *déficit* no quadro técnico de nutricionistas na alimentação escolar. Segundo o Conselho Federal de Nutricionistas, a partir de 501 alunos matriculados já é necessária a contratação de mais um nutricionista, além do responsável técnico. Quanto maior o alunado, maior o quadro técnico de nutricionistas a ser incluído na equipe¹⁰.

Essa dificuldade, destacada no discurso dos entrevistados, corrobora com resultados de outras pesquisas que buscam compreender como tem ocorrido a educação alimentar e nutricional no âmbito da alimentação escolar. Estudo realizado nos dez maiores municípios de Santa Catarina indicou que apenas três apresentavam o quadro técnico adequado para o número de alunos e só nos cinco maiores, o nutricionista realizava visitas mensais às escolas. Esses resultados parecem justificar o fato de que em nove das dez cidades não existam projetos educativos que envolvessem extensivamente os escolares⁴³.

Inadequações no quadro técnico também foram encontradas por Gregório¹⁸ ao entrevistar 384 nutricionistas das cinco macrorregiões brasileiras com o objetivo de caracterizar o exercício profissional do nutricionista no PNAE e sua associação com a educação alimentar e nutricional. As autoras observaram que 75%; 81,9% e 78,6% dos municípios das regiões Norte, Nordeste e Sudeste, respectivamente, afirmaram não ter outro nutricionista atuando na alimentação escolar além do responsável técnico (RT). Enquanto que apenas 18,5% da região Sul e 21,9% da Centro-Oeste alegaram ter outros nutricionistas no quadro técnico (QT).

O nutricionista QT tem por função desenvolver as atividades previstas sob a coordenação e supervisão do nutricionista RT e assumir com este a responsabilidade técnica solidária¹⁰. A falta deste sobrecarrega o RT e compromete o desenvolvimento das atribuições estabelecidas na legislação¹⁴.

Essa sobrecarga de atividades aliada à falta de outro(s) profissional(is) termina por privilegiar a gestão, enquanto as demais atividades que exigem o deslocamento ou uma formação mais específica, como as ações de EAN, acabam sendo suprimidas ou então realizadas de forma pontual¹⁴.

Além da falta do nutricionista QT, outro fator que pode comprometer a realização das ações de EAN é a contratação do nutricionista para assumir a responsabilidade técnica de mais de um município e/ou a contratação deste para atuar em mais de um setor no município. Estudo realizado em 2007 por Mello et al.²⁰ identificou que 33,3% de nutricionistas da região Nordeste, atuavam em mais de um município e 70% em mais de um setor no mesmo município. Resultados semelhantes foram encontrados em Goiás, onde as autoras verificaram que, dos municípios que apresentavam RT, 26,4% atuavam em mais de um município e 31,4% em mais de um setor no mesmo município¹⁷.

As novas possibilidades trazidas para o conceito de EAN trouxeram outros paradigmas, sendo possível vislumbrar que atualmente sua proposta de execução busca distanciar-se da educação tradicional e assumir a intencionalidade contida em um formato transversal. Entretanto, nota-se que, apesar de grande parte dos municípios brasileiros terem um nutricionista RT pela alimentação escolar e a realização de ações de EAN ser uma de suas atribuições, a execução dessas atividades ainda é incipiente e quando ocorre é em sua maioria de forma pontual e prescritiva, distanciando-se do proposto nas políticas vigentes^{17,44}.

Dentre as razões indicadas para esse hiato entre a teoria da política pública e a prática na esfera local, são apontadas a inadequação numérica dos profissionais para o quantitativo de alunos no município; o acúmulo de atividades de gestão e administração somadas às atribuições específicas da profissão; a dificuldade de articulação entre os setores e mesmo as lacunas na formação para atuação no campo de uma educação alimentar e nutricional problematizadora e reflexiva^{15,16,45}.

Sendo assim, deve-se considerar que os impasses para a realização das ações perpassam por diversos elementos, e dessa forma, não podemos culpabilizar o nutricionista pela incipiência na execução das ações. É claro que sendo a educação alimentar e nutricional uma ação estratégica que é ao mesmo tempo multidisciplinar, multisetorial e transversal, cabe ao nutricionista coordenar e formar multiplicadores nesse campo do conhecimento. Entretanto, para tal são necessárias condições e valorização do trabalho, além da necessidade de um processo de educação permanente para qualificação profissional^{5,18,46}.

CONCLUSÃO

Esta é uma pesquisa pioneira em estudar a compreensão de nutricionistas da alimentação escolar sobre a educação alimentar e nutricional a nível nacional e por meio de

entrevistas presencias. O que torna este estudo relevante para discutir a atuação deste profissional nesse campo da alimentação escolar.

A compreensão mais compartilhada pelos entrevistados sobre educação alimentar e nutricional foi a de que “EAN é um processo de ensino-aprendizagem sobre alimentação”. No discurso os nutricionistas se colocam como peças-chave para o desenvolvimento das ações, e demonstram em suas falas uma atuação profissional tradicional e verticalizada. Tais elementos indicam uma contradição entre o estabelecido pelo arcabouço legal e a prática profissional, sugerindo que apesar das discussões do campo da alimentação e nutrição acompanharem as mudanças políticas e ideológicas, a realidade ainda está atrelada à concepções desatualizadas.

Entretanto vale ressaltar que mesmo com os sujeitos do discurso priorizando a dimensão nutricional do alimento em detrimento das demais, há um reconhecimento da necessidade de continuidade das ações e de inserção da comunidade escolar, de forma a promover a escolha voluntária de práticas alimentares saudáveis.

O entendimento quanto ao seu papel frente à realização das ações de EAN concordam com o exposto sobre a compreensão de educação alimentar e nutricional. Uma vez a concepção mais compartilhada pelos sujeitos da pesquisa foi a de que a realização dessas ações está condicionada à presença do nutricionista. O fato deste profissional assumir a responsabilidade técnica do PNAE, com diversas atribuições e atividades específicas e privativas de sua formação podem influenciar a sua visão em relação à prática da EAN.

Outro elemento que vale ser ressaltado é que mesmo reconhecendo a importância de outros atores sociais na execução das ações, o nutricionista ainda tem dificuldade em realizar esse matriciamento. Havendo assim uma priorização do saber científico (nutricionista) em relação aos saberes populares (comunidade escolar), o qual culmina em um perfil de atuação tradicional.

Quanto ao fator motivador para a realização das ações de EAN a ideia mais compartilhada foi a “necessidade de formar hábitos alimentares saudáveis”. As mudanças nos padrões alimentares, o crescente índice de sobrepeso/obesidade na faixa etária de escolares e o fato da formação de hábitos alimentares serem desenvolvidos na infância justificam essa compreensão. Contudo, para que a EAN seja capaz de promover a alimentação saudável, por meio do desenvolvimento da autonomia nas escolhas alimentares, a sua execução deve ser pautada em uma educação crítica, reflexiva e coletiva no espaço escolar.

Os discursos evidenciaram ainda uma limitação do nutricionista em realizar o papel de articulador das ações de EAN, o que pode justificar uma das dificuldades para a realização dessas ações que é a falta de tempo devido à sobrecarga de atividades, acrescida da falta de profissional no quadro técnico. Essas inadequações refletem na prática profissional que assumem uma característica verticalizada, prescritiva e distante do proposto nas políticas públicas.

Apesar dos discursos construídos terem uma aproximação com a educação tradicional, um tímido reconhecimento da necessidade de articulação e continuidade das ações foi expresso, o que permite compreender a educação alimentar e nutricional no âmbito da alimentação escolar como um processo complexo que envolve todas as esferas sociais de inserção do indivíduo.

CONTRIBUIÇÕES

Soares GB trabalhou na análise de dados e escrita do artigo; Monego ET teve sua participação voltada para orientação da pesquisa, coleta e análise de dados e redação do artigo e Viçosa NMM auxiliou na definição da técnica de análise de dados, capacitação para execução da técnica e na redação final do artigo.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. – Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.
2. Brasil. Emenda Constitucional nº64 de 4 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. *Diário Oficial da União* 2010; 4 fev.
3. Ferreira VA, Magalhães R. Nutrição e Promoção da Saúde: perspectivas atuais. *Cad Saúde Publica* 2007; 7 (23):1674-1681.
4. Santos LAS. Educação Alimentar e Nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Rev Nutr* 2005; 18(5): 681-691.
5. Boog MCF. Histórico da educação alimentar e nutricional no Brasil. In: Diez-Garcia RW, Cervato-Mancuso AM, Vannuchi H. *Mudanças alimentares e educação nutricional*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2011.
6. Burlandy L, Bocca C, Mattos RA. Mediações entre conceitos e políticas de alimentação, nutrição e segurança alimentar e nutricional. *Rev Nutr* 2012; 1(25):9-20.
7. Peixinho AML. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor municipal. *Cien. Saude Colet* 2013; 4(18):909-916.
8. Brasil. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. *Diário Oficial da União* 2009, 16 jun.
9. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013*. Brasília: FNDE, 2009.
10. Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). *Resolução CFN nº 465/2010*. Brasília: CFN, 2010.
11. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Resolução/CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009*. Brasília: FNDE, 2009.
12. Boog MCF. *Educação em nutrição: integrando experiências*. Campinas, São Paulo: Komedi; 2013.
13. Soares NT, Aguiar AC. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Nutrição: avanços, lacunas, ambiguidades e perspectivas. *Rev Nutr* 2010; 5(23): 895-905.
14. Chaves LG, Santana TCM, Gabriel CG, Vasconcelos FAG. Reflexões sobre atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cien Saude Colet* 2013; 18(4): 917-926.

15. Juzwiak CR, Castro PP, Batista SHSS. A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. *Cien Saude Colet* 2013; 4(18): 1009-1018.
16. Santos LAS. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. *Cien Saude Colet* 2012; 22(17): 453-462.
17. Silva US, Monego ET, Sousa LM. *Ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios goianos*. [dissertação]. Goiânia: Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás; 2013.
18. Gregório N.P. *Exercício profissional do nutricionista e a realização da educação alimentar e nutricional nas regiões brasileiras*. [dissertação]. Goiânia: Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás; 2014.
19. Almeida GM. *Ações de educação alimentar e nutricional no Programa Nacional de Alimentação Escolar* [dissertação]. Goiânia: Faculdade de Nutrição, Universidade Federal de Goiás; 2014.
20. Mello AL, Vidal Junior PO, Sampaio LR, Santos LAS, Freitas MCS, Fontes GAV. Perfil do nutricionista do Programa Nacional de Alimentação Escolar na região Nordeste do Brasil. *Rev Nutr* 2012; 25(1): 119-32.
21. Lefevre F. *Discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)*. Caxias do Sul, Rio Grande do Sul: EDUCS; 2005.
22. Freire P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra; 1988.
23. Ramos FP, Santos LAS, Reis ABC. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. *Cad Saúde Publ* 2013; 9(11): 2147-2161.
24. Vieira TV, Corso ACT, González-Chica DA. Organic food-related educations actions developed by dieticians in Brazilian municipal schools. *Rev Nutr* 2014; 5(27):525-535.
25. Barbosa NVS, Machado NVM, Soares MCV, Pinto ARR. Alimentação na escola e autonomia – desafios e possibilidades. *Cien Saude Colet* 2013; 4(18): 937-945.
26. Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). Resolução CFN nº380/2005. *Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência por área de atuação e dá outras providências*. Brasília: CFN; 2015.
27. Albuquerque AG, Pontes CM, Osorio MM. Knowledge of educators and dieticians on food nutrition education in the school environment. *Rev Nutr* 2013; 26(3): 291-300.
28. Assao TY, Westphal M, Bógus CM, Lara BR, Cervato-Mancuso AM. Alimentação escolar: o que o desenho infantil revela. *J Hum Growth Dev* 2014; 24(1): 98-105.

29. Pinheiro ARO, Recine E, Alencar B, Fagundes AA, Sousa JS, Monteiro RA, Toral N. Percepção de professores e estudantes em relação ao perfil de formação do nutricionista em saúde pública. *Rev Nutr* 2012; 25(5): 631-643.
30. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009*. Despesas, rendimentos e condições de vida. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
31. Cabrera TFC, Correia IFL, Santos DO, Pagnacelli FL, Prado MTA, Silva TD, et al. Análise da prevalência de sobrepeso e obesidade e do nível de atividade física em crianças e adolescentes de uma cidade do Sudoeste de São Paulo *J Hum Growth Dev* 2014; 24(1):67-76.
32. Honório RF, Hadler MCCM. Factors associated with obesity in Brazilian children enrolled in the School Healthy Program: a case- control study. *Nutr Hosp* 2014; 3(30):526-534.
33. Feltrin GB, Vasconcelos FAG, Costa LCF, Corso ACT. Prevalence and factors associated with central obesity in schoolchildren in Santa Catarina, Brazil. *Rev Nutr* 2015; 28(1):43-54.
34. Ministério da Saúde (MS). *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
35. Brasil. Portaria nº 2446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS). *Diário Oficial da União* 2014, 11 nov.
36. Yokota RTC, Vasconcelos TF, Pinheiro ARO, Schimtz BAS, Coitinho DC, Rodrigues MLCF. Projeto “a escola promovendo hábitos alimentares saudáveis”: comparação de duas estratégias de educação nutricional no Distrito Federal, Brasil. *Rev Nutr* 2010; 37(1): 37-47.
37. Ilha PV, Lima APS, Rossi DS, Soares FAG. Intervenções no ambiente escolar utilizando a promoção da saúde como ferramenta para a melhoria do ensino. *Ensaio* 2014; 3(26): 35-53.
38. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Coordenação de população e indicadores sociais. *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012*. Rio de Janeiro: IBGE; 2013.
39. Leme ACB, Philippi ST, Toassa EC. O que os adolescentes preferem: os alimentos da escola ou os alimentos competitivos? *Saude Soc* 2013; 2 (22): 456-467.
40. Vargas ICS, Schieri R, Sandre-Pereira G, Veiga GV. Avaliação de programa de prevenção de obesidade em adolescentes de escolas públicas. *Rev Saude Publica* 2011; 45(1): 59-68.

41. Carvalho AP, Oliveira VB, Santos LC. Hábitos alimentares e práticas de educação nutricional: a atenção a crianças de uma escola municipal de Belo Horizonte – MG. *Pediatrics* 2010; 32(1): 20-27.
42. Rangel CN, Greenwood R, Casemiro J, Fernandes AG, Fonseca AB. Relações entre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e educação alimentar e nutricional: discutindo a produção científica e o papel da comunidade. *Ensino, Saúde e Ambiente*, 2013; 3(6): 142-161.
43. Gabriel CG, Calvo MCM, Vasconcelos FAG, Lacerda JT, Freitas SFT, Schimitz BAS. Avaliação da gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nos maiores municípios de Santa Catarina, Brasil. *Cad Saúde Publ* 2014; 30(9):2017 – 2023.
44. Belik W, Chaim NA. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. *Rev Nutr* 2009; 22(5): 595-607.
45. Santana TCM, Ruiz-Moreno L. Formação do nutricionista atuante no Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Nutrire Rev Soc Bras Aliment Nutr* 2012; 2 (37): 183-198.
46. Costa EQ, Ribeiro VB, Ribeiro ECO. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. *Rev Nutr* 2001; 14(3): 225-29.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo discutiu e refletiu aspectos relativos à compreensão da educação alimentar e nutricional (EAN) pelos nutricionistas que atuam na alimentação escolar. O desenvolvimento dessa pesquisa permitiu conhecer as ações de EAN que ocorrem nas escolas dos municípios estudados, bem como os fatores que motivam e dificultam sua execução.

A EAN é tema de grande relevância atualmente, sobretudo pelas mudanças conceituais ocorridas nas últimas décadas, fato que contribuiu com o aumento de visibilidade dentro das políticas públicas de alimentação e nutrição, particularmente na alimentação escolar. No âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a inserção da EAN é recente e conhecer a compreensão que os nutricionistas têm desse tema é primordial, uma vez que representa uma de suas atribuições no programa.

Os resultados desse estudo permitiram verificar que há um hiato entre o que é preconizado, seja na legislação ou em documentos sobre essa temática e a prática profissional. A justificativa para isso inclui desde a insuficiente formação até a reduzida contratação de profissionais pelos municípios.

Foi possível evidenciar o perfil (ainda) tradicional e tecnicista na compreensão de EAN e na atuação, o que pode justificar os resultados encontrados em alguns estudos, que visualizam essa prática predominantemente com ações pontuais.

Os discursos apontaram ainda para uma cisão por parte dos entrevistados, entre o PNAE e a EAN, não compreendendo essa como um dos eixos daquela política. Parece comum que priorizem outras atribuições referentes ao programa, executando ações de EAN de forma primária, pontual, com pouca articulação com os atores sociais da alimentação escolar (pais e responsáveis, estudantes, professores, direção da escola, merendeiros e demais servidores) e sem a criticidade que o tema exige devido a sua forte correlação com o cotidiano e qualidade de vida das pessoas.

Dentre todas as áreas de atuação profissional do nutricionista, a alimentação escolar é a única que apresenta um aparato legal com o detalhamento de todas as atividades a serem desenvolvidas. Porém essa condição não parece ser um fator

motivador para a realização das ações de EAN, assim como não é claro o papel desse profissional na realização das ações de EAN.

No contexto evidenciado, questiona-se: a lacuna está na política, que não consegue se traduzir em realidade ou no profissional, que não estaria formado para compreendê-la a ponto de colocá-la em prática? Será que a legislação, ao elencar as diversas atribuições do nutricionista, não permite uma compreensão de que a EAN deve ser o foco de sua atuação junto à alimentação escolar?

Apesar dos discursos construídos terem uma aproximação com a educação tradicional, um tímido reconhecimento da necessidade de articulação e continuidade das ações foi expresso, o que permite compreender a educação alimentar e nutricional no âmbito da alimentação escolar como um processo complexo que envolve todas as esferas sociais de inserção do indivíduo.

Porém, para que a teoria do discurso esteja em sintonia com a prática profissional, são necessárias mudanças na abordagem metodológica da EAN, de forma que as ações sejam planejadas e desenvolvidas em conjunto com os demais atores sociais envolvidos e baseadas em uma educação reflexiva e crítica, capaz de promover autonomia e assim, atuar sobre a verdadeira (trans)formação dos escolares.

Considera-se como pontos fortes desse estudo a metodologia de coleta, por meio de entrevistas com questões abertas, por permitir que os sujeitos da pesquisa expressassem sua opinião sobre o assunto; além da análise de vários elementos da fala que em outros tipos de estudo seriam descartados; a visita para a coleta de dados, que possibilitou conhecer a realidade da EAN nos municípios visitados *in loco* e a abrangência nacional da pesquisa, que permitiu a construção de um panorama da educação alimentar e nutricional junto às escolas e escolares no Brasil.

Os resultados evidenciaram um nexo entre a política pública e a prática profissional envolvendo múltiplas dimensões. Portanto, espera-se contribuir para uma reflexão sobre o saber e fazer EAN, de tal maneira que seja possível propor medidas para contornar as dificuldades e assim otimizar sua execução.

Sugere-se ainda a realização de outros estudos de abordagem qualitativa envolvendo a compreensão dos demais atores sociais sobre educação alimentar e nutricional. Essa proposição se justifica uma vez que o proposto pela legislação do PNAE é que as ações de EAN sejam realizadas em conjunto com os atores sociais

da escola, o que torna oportuno o conhecimento do que esses atores compreendem sobre tema, quais ações realizam e quais as barreiras que enfrentam na sua execução.

A ampla literatura que referencia esse assunto e o marco legal que apoia a alimentação escolar faz com que esse tema seja prioritário, tanto na formação do nutricionista, quanto na prioridade pelos gestores públicos locais da alimentação escolar.

ANEXOS

Anexo A – Instrumento para coleta de dados do profissional nutricionista

AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Nome do entrevistador: _____ Data: ____/____/____

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O NUTRICIONISTA¹

IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

Quest. nº: I I I	
Município:	Estado:

BLOCO IA – NUTRICIONISTA

Identificação	
Nome:	
Telefones:	
E-mail:	
Participou da pesquisa feita por telefone pelo CECANE UFG sobre educação alimentar e nutricional? () Sim () Não	
Formação complementar: O(a) senhor(a) tem cursos de capacitação/qualificação na área de alimentação escolar? Se sim, qual(is)?	
Atuação profissional:	
Há quanto tempo o(a) senhor(a) atua como nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar? <i>(Deixar claro que é independente do município atual)</i>	
Há quanto tempo trabalha no Programa Nacional de Alimentação	

¹ Preferencialmente o responsável técnico do PNAE no município

Escolarneste município?	
Educação alimentar e nutricional	
1 - No contexto da alimentação escolar, o que o(a) senhor(a) entende por educação alimentar e nutricional? <i>(caso seja uma resposta que não permita compreender o significado, dizer: <u>explique mais sobre isso</u>).</i>	
2 - Na sua opinião, qual o papel do nutricionista no desenvolvimento das ações de educação alimentar e nutricional?	
3 - A educação alimentar e nutricional faz parte do currículo escolar? <i>(esperar a resposta. Caso seja uma resposta que não permita compreender o significado, dizer: <u>explique mais sobre isso</u>).</i> <u>(Caso NÃO, pular para a questão 5)</u>	
4 - <u>(Se SIM)</u> Em quais disciplinas a educação alimentar e nutricional está inserida?	
5 - Fale quais ações de educação alimentar e nutricional são desenvolvidas nas escolas e/ou creches do município? <i>(<u>aguardar a respostas</u>e dizer: <u>explique mais sobre estas ações</u>)</i>	
6- Quais os recursos educacionais utilizados para realizar as ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e/ou creches?	
7 - Nestas ações, quais são os conteúdos abordados na educação alimentar e nutricional?	
8 - Na sua opinião, quem deve planejar estas ações de educação alimentar e nutricional?	
9 - Na sua opinião, quem deve executar estas ações de educação alimentar e nutricional?	
10 - As ações de educação alimentar e nutricional tem continuidade no âmbito escolar? <u>(Se SIM)</u> : Quais atores sociais dão continuidade ao desenvolvimento destas ações?	
11 - Além da escola, existem outros colaboradores no desenvolvimento destas ações? <u>(Caso NÃO, pular para a questão 13)</u>	
12. O(a) senhor(a)poderia me explicar de que forma esses parceiros colaboram na desenvolvimento das ações de educação alimentar e nutricional?	

13 - O(a) senhor(a) orienta as escolas para realização das ações de educação alimentar e nutricional? (Se SIM): Como é feita essa orientação?	
14- As ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e/ou creches são avaliadas? (Se SIM): Como é feita essa avaliação?	
15- Quais fatores motivam a realização das ações de educação alimentar e nutricional?	
16 - Quais são as dificuldades encontradas para a execução das ações de educação alimentar e nutricional?	
17 - O(a) senhor(a) tem algum registro do desenvolvimento destas ações? <i># Peça para ver os documentos indicados. Fotografe-os.</i>	
OBSERVAÇÕES NÃO VERBAIS:	

Anexo B -Manual do entrevistador

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE NUTRIÇÃO



AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E
NUTRICIONAL DESENVOLVIDAS EM MUNICÍPIOS
BRASILEIROS

MANUAL DO ENTREVISTADOR

(Pesquisa Qualitativa)

Informação do Entrevistador

Entrevistador: _____

Essa pesquisa integra um dos produtos do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás e Região Centro-Oeste (CECANE UFG/Centro-Oeste) e tem como objetivo avaliar ações de educação alimentar e nutricional (EAN) desenvolvidas em escolas públicas de municípios brasileiros, conforme disciplinado na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009.

Os CECANEs têm como objetivo assessorar técnica, operacional e cientificamente os municípios, estados e o Distrito Federal, na execução das ações previstas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), inclusive as de EAN. As ações desenvolvidas pelo CECANE UFG/Centro-Oeste são voltadas para os nutricionistas responsáveis técnicos (RT) do PNAE, agricultores familiares e empreendedores rurais familiares, gestores do PNAE nos municípios, manipuladores de alimentos, conselheiros de alimentação escolar, professores, pais, alunos das escolas e creches públicas estaduais e municipais e indiretamente toda a população da Região Centro-Oeste.

A avaliação do desenvolvimento de ações de EAN nas escolas se faz importante para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Saudável dos estudantes das escolas e creches atendidas pelo programa, visto que as ações de EAN é um dos eixos prioritários do PNAE.

O trabalho do(a) entrevistador(a) é fundamental para que esta pesquisa seja realizada. Por isso, o presente manual contém informações básicas sobre a pesquisa, seus objetivos, bem como responsabilidades do(a) entrevistador(a) e instruções para aplicação e preenchimento do questionário.

Bom trabalho!

Equipe do CECANE UFG/Centro-Oeste

SUMÁRIO

1	INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA E SEUS OBJETIVOS	3
2	MEMBROS DA EQUIPE	5
3	ATRIBUIÇÕES DO ENTREVISTADOR	7
4	APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA.....	10
5	ORIENTAÇÕES GERAIS PARA PREENCHIMENTO DO ROTEIRO	13
5.1	IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADOR.....	14
5.2	IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO	14
5.3	DADOS DA PESQUISA	14
5.3.1	Roteiro de entrevista com o(a) nutricionista RT ou QT.....	14
5.3.2	Roteiro de Entrevista com o(a) Gestor(a) do PNAE.....	20
5.3.3	Roteiro de Entrevista com o(a) Coordenador(a) Pedagógico ou o(a) Diretor(a)	26
5.3.4	Roteiro de Entrevista com o(a) Professor(a).....	29
5.3.5	Roteiro de Entrevista com o(a) Manipulador(a) de alimentos.....	33
5.4	FINALIZANDO A ENTREVISTA.....	36
	REFERÊNCIAS	38
	ANEXO.....	39

1 INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA E SEUS OBJETIVOS

Trata-se de um estudo transversal descritivo, com metodologia quanti-qualitativa, cujo objetivo geral é *avaliar ações de educação alimentar e nutricional (EAN) desenvolvidas em escolas públicas de municípios brasileiros, conforme disciplinado na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução CD/FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009.*

Os objetivos específicos do projeto nos municípios participantes são:

- ☞ Caracterizar as ações de EAN;
- ☞ Analisar as ações de EAN desenvolvidas por nutricionistas Responsável Técnico (RT) e outros atores sociais;
- ☞ Verificar as possíveis dificuldades quanto à execução de ações de EAN;
- ☞ Formar nutricionistas e/ou outros atores sociais para desenvolvimento/implementação de novas ações de EAN;
- ☞ Elaborar documento norteador de ações de EAN, com base nas atividades sugeridas durante a formação.

O estudo inclui duas etapas: uma quantitativa, com coleta de dados realizada por meio de entrevistas telefônicas, e outra qualitativa, com visita *in loco* para a coleta de dados por meio de entrevistas com a utilização de roteiro semiestruturado.

Na fase quantitativa foram coletados dados, por meio de entrevistas telefônicas, em uma amostra de 50 municípios, distribuídos

proporcionalmente entre as regiões brasileiras. Em cada município, foi entrevistado o(a) nutricionista RT ou o(a) gestor(a) local do PNAE sobre a realização de ações de EAN nas escolas e creches atendidas pelo PNAE. A partir desta amostra, foram sorteados os municípios para o estudo qualitativo, aos quais foram adicionadas as 26 capitais brasileiras e o Distrito Federal.

A coleta de dados da etapa qualitativa será realizada por visita *in loco*, por meio de entrevista com a utilização de roteiros semiestruturados: o primeiro destinado ao nutricionista RT ou gestor(a) do PNAE, e o segundo destinado a atores sociais da escola.

O primeiro roteiro contempla dois blocos, sendo o Bloco IA direcionado para o(a) nutricionista RT ou nutricionista do quadro técnico (QT) e o Bloco IB direcionado para o(a) gestor(a) do PNAE, caso o município visitado não tenha o nutricionista RT ou QT. As questões estão relacionadas à identificação, formação e atuação do(a) profissional entrevistado(a), além de questões específicas como forma em que a EAN está inserida no currículo escolar, qual(is) a(s) ação(ões) de EAN desenvolvida(s) e recurso(s) didático(s) utilizado(s), tema(s) abordado(s), ator(es) social(is) envolvido(s) no planejamento e execução da(s) ação(ões), forma(s) de avaliação, além de fator(es) limitador(es) e motivador(es) para a execução de ação(ões) de EAN no ambiente escolar.

O segundo roteiro é destinado aos atores sociais, sendo o Bloco IIA direcionado ao coordenador(a) pedagógico ou ao diretor(a), o Bloco IIB direcionado ao professor(a) e o Bloco IIC direcionado ao manipulador(a) de alimentos. Os roteiros semiestruturados contemplam questões relativas à identificação e formação do(a) entrevistado(a), além de

questionamentos sobre o entendimento dos(as) mesmos(as) sobre a alimentação escolar, orientações passadas pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação, trabalho(s) realizado(s) com o(a) nutricionista RT ou QT do município (quando existente), inserção do tema alimentação no currículo escolar, e concepção do(s) ator(es) social(is) quanto à EAN.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (UFG) e os dados obtidos serão utilizados apenas para fins de pesquisa e avaliação das ações de EAN no PNAE nos municípios selecionados.

Na etapa qualitativa, os(as) entrevistados(as) serão devidamente informados sobre a pesquisa e assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Além disso, será solicitado ao Secretário(a) de Educação do município que assine o Termo de Anuência autorizando a participação do município no estudo.

2 MEMBROS DA EQUIPE

A equipe envolvida com a execução do projeto contempla professores membros do grupo de coordenação do CECANE UFG/Centro-Oeste, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nutricionistas consultoras do CECANE UFG/Centro-Oeste, monitores de pesquisa do CECANE UFG/Centro-Oeste, estudantes do curso de Pós Graduação em Nutrição e Saúde – Nível Mestrado da UFG, estudantes de nutrição vinculados ao Programa de Educação Tutorial (PET) e CECANE UFG/Centro-Oeste. Os nomes dos membros envolvidos, assim como suas respectivas funções e contatos encontram-se no Quadro 1.

Quadro 1. Relação dos membros da equipe com seus respectivos contatos. Goiânia, 2012.

NOME	FUNÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
Estelamaris Tronco Monego	Coordenadora da pesquisa	estelamaris@ufg.br	(62) 3204-1613 (62) 9601-1412
Veruska Prado Alexandre	Prof.ª envolvida FANUT/UFG	veruska.prado@gmail.com	(62) 8139-6910 (62) 3542-3024
Lucilene Maria de Sousa	Prof.ª envolvida FANUT/UFG	lucilenemaria.sousa@gmail.com	(62) 9265-7899
Neila Maria Viçosa Machado	Prof.ª envolvida UFSC	nmvmachado@gmail.com	(48) 3207-8743
Maria Raquel Hidalgo Campos	Prof.ª envolvida FANUT/UFG	raq7@brturbo.com.br	(62)9971 3719
Karine Anusca Martins	Prof.ª envolvida FANUT/UFG	karineanusca@gmail.com	(62)9605-5175
Simoni Urbano da Silva	Coordenadora assistente de pesquisa – CECANE UFG	simoni.urbano@gmail.com	(62) 9252-0912
Nicolly Patrícia Gregório	Pesquisadora envolvida –	nicolly_npg@hotmail.com	(62) 8292-0476

	Mestrado FANUT/UFG		
Bárbarah Gregório de Araújo Souza	Consultora responsável – CECANE UFG	barbarahgregorio@gmail.com	(62) 3242-8301 (62) 8265-1585
Gabriela Benevides Soares	Monitor de Pesquisa – CECANE UFG	gabibsoares@gmail.com	(62) 8110-1677 (62) 3093-7933
Raquel Machado Schincaglia	Monitor de pesquisa – CECANE UFG	rmsquel@msn.com	(62)8519-0094
Peterson de Almeida Vilela	Auxiliar de pesquisa – CECANE UFG	pytervilela13@gmail.com	(62)3295-7436 (62)9179-8993
Talita Barcelos	Entrevistadora – CECANE UFG	talitabnutri@hotmail.com	(62) 9111-6684 (62) 8172-3327
Vanessa Melo Lopes	Entrevistadora – CECANE UFG	vanmlopes@gmail.com	(62) 9948-7128 (62) 8221-5601
Cristina Camargo Pereira	Entrevistadora – PET Nut	camargoufg@gmail.com	(62) 9368-3228
Ana Caroline dos Anjos Amorim	Entrevistadora – CECANE UFG	anacaroline-nutri@hotmail.com	(62) 8427-7772
Elisa da Silva Nascimento	Entrevistadora – PET Nut	elisa.sn12@gmail.com	(62) 9183-7354
Rayene Rodrigues	Auxiliar de pesquisa – CECANE UFG	rayene_rodrigues@hotmail.com	(62) 9135-0550

3 ATRIBUIÇÕES DO ENTREVISTADOR

1. Conhecer com detalhes o projeto de pesquisa: objetivos, metodologia e instrumento, para informar bem e com segurança o(s) entrevistado(s), sempre que necessário;
2. Participar das reuniões e treinamentos sempre que solicitado(a);
3. Usar a camiseta do CECANE UFG/Centro-Oeste em todas as entrevistas;
4. **Assegurar-se de que está de posse de todo o material necessário para a entrevista de acordo com o *check-list* (Anexo A).** Aplicar o roteiro semiestruturado de acordo com as instruções e disposições comunicadas no treinamento, assim como as recomendações contidas neste manual;
5. Mostrar clareza e segurança, e solicitar a informação ao entrevistado(a) de forma cortês;
6. Ficar calmo durante a entrevista, garantindo a correta verbalização e compreensão das questões. Manter o tom de voz em volume constante e agradável, evitando gaguejar, para evitar prejuízos na aceitação da pesquisa;
7. Realizar a entrevista unicamente com os municípios que o(a) Secretário(a) de Educação assinar o Termo de Anuência, e com aquele(s) sujeito(s) que assinarem o TCLE em duas vias, sendo uma do(a) entrevistado(a) e outra do(a) entrevistador, deixando claro o caráter confidencial da pesquisa;
8. **Seguir o roteiro de apresentação padronizado pelo projeto. Pois com o decorrer do tempo o(a) entrevistador(a) tende a agregar**
algumas palavras e adaptar a forma de apresentar-se, porém deve-se ter cuidado para não modificar o sentido. Evite que a entrevista fique informal, interferindo na credibilidade do projeto;
9. Manter o mesmo tom de voz para as diferentes questões e evitar manifestações de opiniões próprias por meio de risos, movimentos afirmativos ou negativos com a cabeça e comentários de censura;
10. Não influenciar a resposta do(a) entrevistado(a). Se necessário, esclarecer algum(ns) termo(s) que o(a) entrevistado(a) não conheça.
11. Caso o(a) entrevistado(a) se recuse a responder alguma(s) questão(ões), tentar incentivá-lo(a), esclarecendo a importância de sua(s) resposta(s) completa(s) para a pesquisa;
12. Caso necessário, explicar ao entrevistado(a) que o CECANE UFG/Centro-Oeste, **NÃO** têm caráter de fiscalização, mas **SIM** de orientação.
13. Aplicar todo o roteiro semiestruturado durante a realização da entrevista. Não alterar ou omitir questões.
14. Conferir se os dois instrumentos de gravação de áudio estão funcionando e com carga completa de bateria antes de iniciar a entrevista;
15. Esclarecer as dúvidas na hora em que as mesmas surgirem, consultando o Manual do Entrevistador, o que permitirá mais segurança para continuar o trabalho. Caso o Manual não tenha esclarecido a dúvida, comunicar-se com os coordenadores da pesquisa;
16. **Se for necessário checar alguma informação, retornar a resposta ao entrevistado(a);**

17. Revisar o roteiro semiestruturado para certificar-se que todas as perguntas foram realizadas e que todos os dados solicitados foram preenchidos;
18. Após a conferência do roteiro semiestruturado, agradecer ao entrevistado(a) pela sua participação e colocar-se à disposição para esclarecer quaisquer dúvidas;
19. Elaborar corretamente o relatório de viagem solicitado pela equipe coordenadora do projeto;
20. Direcionar o(a) entrevistado(a) a um dos consultores do CECANE UFG/Centro-Oeste caso o mesmo levante alguma(s) dúvida(s) que o(a) entrevistador(a) não consiga solucionar . O(a) entrevistador(a) deverá utilizar o seguinte texto:

Senhor(a), eu não sei lhe dar essa informação. Buscarei a solução para sua dúvida e entraremos novamente em contato. Caso tenha outras dúvidas quanto à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, sugiro que entre em contato com a equipe do CECANE UFG/Centro-Oeste pelo telefone (62) 3209-6270, ramal 229. Nossos consultores estarão à disposição!

21. Esclarecer o que é o CECANE UFG, caso seja solicitado pelo(a) entrevistado(a). O(a) entrevistador(a) deverá utilizar o seguinte texto:

O CECANE UFG é um projeto criado a partir de uma parceria entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a Universidade Federal de Goiás (UFG). Nossa equipe presta assessoria técnica, científica e operacional aos municípios, estados e o Distrito Federal para a correta execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

4 APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

A visita ao município sorteado para a realização da etapa qualitativa do projeto será agendada antecipadamente pela consultora responsável do projeto com o(a) Secretário(a) Municipal de Educação, nutricionista RT e/ou QT e o(a) gestor(a) local do PNAE, quando existente no município. A consultora responsável agendará a entrevista com o município selecionado via telefone. Após o contato inicial será enviado por e-mail o Ofício do CECANE UFG/Centro-Oeste, o Ofício Circular do FNDE e o Termo de Anuência.

Atenção: O cargo do responsável pela gestão do PNAE nos municípios não é previsto na legislação. Em sua grande maioria, são professores deslocados de sua função para administrar o PNAE. Pode ter várias denominações:

- **Coordenador de Merenda/Alimentação Escolar**
- **Supervisor de Merenda/Alimentação Escolar**
- **Gerente de Merenda/Alimentação Escolar**
- **Diretor de Merenda/Alimentação Escolar, dentre outras.**

Nos municípios onde não houver este responsável, o(a) próprio(a) Secretário(a) de Educação assumirá o papel de gestor(a) do PNAE.

As pastas das rotas dos municípios serão organizadas pelos(as) estagiários(as) do projeto com a supervisão da consultora responsável. Antes de iniciar a rota dos municípios o(a) entrevistador(a) deverá

certificar-se de que está de posse do todo o material para a realização das entrevistas.

Ao chegar à Secretaria Municipal de Educação procure o(a) Secretário de Educação, o(a) gestor(a) local do PNAE e o(a) nutricionista para apresentação do projeto. Para que o(a) entrevistador(a) não se esqueça de nenhuma etapa do projeto, foi elaborado um texto padrão para facilitar a organização dos dados a serem apresentados:

“Bom dia senhores(as). Meu nome é _____ e sou integrante da equipe do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás/Centro-Oeste, o CECANE-UFG/Centro-Oeste. Em parceria com o FNDE, o CECANE UFG/Centro-Oeste está realizando uma pesquisa com o objetivo de conhecer as ações de educação alimentar e nutricional realizadas nas escolas de alguns municípios brasileiros. Este município participou da primeira etapa da pesquisa realizada por meio de entrevista telefônica. Os resultados evidenciaram que são realizadas ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e/ou creches atendidas pelo PNAE no município, e por esta razão este foi incluído por meio de sorteio aleatório, na segunda etapa da pesquisa, realizada por meio desta visita.

Durante esta visita serão realizadas duas atividades: no período matutino o(a) nutricionista RT ou QT ou o(a) gestor(a) local do PNAE será entrevistado(a). Após será realizado um sorteio para selecionar uma escola da zona urbana que realize ações de educação alimentar e nutricional para ser visitada. Esta visita ocorrerá no período vespertino para a realização de entrevista com o(a)

coordenador(a) pedagógico ou diretor(a) da escola, um(a) professor(a) e um(a) manipulador(a) de alimentos. Todas as entrevistas serão gravadas e os dados serão mantidos em sigilo e utilizados apenas para fins dessa pesquisa. Os(as) senhores(as) têm alguma dúvida em relação à esta pesquisa?”

O(a) entrevistador(a) deverá solucionar as dúvidas pertinentes à pesquisa. Caso o(a) entrevistador(a) tenha alguma dúvida, entrar em contato com a equipe coordenadora do projeto.

✓ **Passo 1:** Ao finalizar a apresentação do projeto, o(a) entrevistado(a) deverá solicitar o **TERMO DE ANUÊNCIA** que deverá estar **previamente assinado** pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação ou por um(a) responsável legal (por meio de procuração) que possa assinar pelo(a) Secretário(a) de Educação, caso este não participe da reunião inicial ou não esteja presente na Secretaria de Educação;

✓ **Passo 2:** Entregar o **BOLETIM INFORMATIVO** referente ao município visitado e explicar que se refere a primeira parte da pesquisa realizada via telefone. Caso durante a reunião tenha alguma dúvida o(a) entrevistador(a) deverá solucionar;

✓ **Passo 3:** Entregar o **COMUNICADO AO CAE QUANTO A PRESTAÇÃO DE CONTAS, o QUESTIONÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DO CAE e o DEMONSTRATIVO SINTÉTICO ANUAL;**

✓ **Passo 4:** Entregar a **PASTA DO CECANE** contendo: folder do CAE, folder da Gestão e folder do CECANE, para o(a) Secretário(a) de Educação, o(a) Gestor(a) do local do PNAE e para o(a) nutricionista.

✓ **Passo 6:** Assinar a **LISTA DE FREQUÊNCIA** da reunião de apresentação, lembre-se que a mesma também deverá ser assinada na reunião na escola e assinada por todos os(as) entrevistados(as).

5 ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O PREENCHIMENTO DO ROTEIRO

No período matutino a entrevista será realizada com a(o) nutricionista RT ou QT ou com o(a) gestor(a) local do PNAE. Abaixo está descrito o passo a passo para a realização da entrevista.

✓ **Passo 1:** Reúna os materiais descritos no *Check-list* (Anexo A) presentes na pasta do município visitado;

✓ **Passo 2:** Certifique-se de que seu celular está no **modo silencioso**;

✓ **Passo 3:** Preencha o campo destinado a identificação do(a) entrevistador(a) e a data de realização da entrevista;

✓ **Passo 4:** Entregar o TCLE e fazer a leitura para o(a) entrevistado(a);

✓ **Passo 5:** Caso o(a) entrevistado(a) aceite participar da pesquisa, preencher TCLE com os dados solicitados, certificar-se de que todos os dados estão preenchidos corretamente. O(a) entrevistado(a) deverá assinar as duas vias, sendo uma do(a) entrevistado(a) e outra do(a) entrevistador(a);

✓ **Passo 6:** Entregar a PASTA DO CECANE, contendo: folder do CAE, folder da Gestão e folder do CECANE para o(a) entrevistado(a);

✓ **Passo 7:** Entregue o CADERNO DE MATÉRIAS TÉCNICAS DO NUTRICIONISTA e o CADERNO DE LEGISLAÇÃO DO PNAE para o(a) entrevistado(a);

✓ **Passo 8:** Ligue os dois gravadores de áudio e certifique-se que está tudo funcionando;

✓ **Passo 9:** Identifique-se ao entrevistado(a), de forma cordial, e deixe-o(a) à vontade para fazer eventuais interrupções, caso necessário.

✓ **Passo 10:** A entrevista deverá ser iniciada do seguinte padrão: nome do município, estado, e o(a) profissional entrevistado(a).

EXEMPLO:

Período matutino: Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, entrevista com nutricionista.

5.1 IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADOR

“Entrevistador(a)”: Colocar o nome do(a) entrevistador(a) responsável pela entrevista.

“Data”: Colocar a data em que a entrevista foi realizada.

5.2 IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

“Município”: anotar o nome do município entrevistado.

“Estado”: anotar o estado ao qual o município entrevistado pertence.

5.3 DADOS DA PESQUISA

Deste ponto em diante serão coletados os dados da pesquisa. A primeira entrevista será direcionada ao(a) nutricionista RT. Em alguns casos outro(a) nutricionista do QT do PNAE poderá ser indicado(a) para realização da entrevista, por ser este(a) o(a) responsável pela realização das ações de EAN. Nestes casos, o roteiro deverá ser aplicado a este profissional. Em municípios que não tem nutricionista na alimentação escolar, a entrevista será direcionada ao gestor local do PNAE.

5.3.1 Roteiro de entrevista com o(a) nutricionista RT ou QT

A - Identificação do(a) nutricionista RT ou QT

Nome: _____

Anotar o nome completo do(a) nutricionista RT ou QT.

Caso o(a) entrevistador(a) tenha dúvida:

- ✓ **Nutricionista Responsável Técnico:** Nutricionista habilitado que assume o planejamento, coordenação, direção, supervisão e avaliação na área de alimentação e nutrição (CFN, 2010);

- ✓ **Nutricionista Quadro Técnico:** Nutricionista habilitado que está sob a coordenação e supervisão do responsável técnico, assumindo com este a responsabilidade solidária (CFN, 2010).

Telefone: _____

Anotar o número do telefone do(a) nutricionista RT ou QT, de preferência solicitar mais de um contato telefônico (celular, Secretaria Municipal de Educação e/ou Departamento de Alimentação Escolar).

E-mail: _____

Anotar o e-mail do(a) nutricionista RT ou QT, de preferência solicitar mais de um e-mail para o contato (e-mail pessoal do(a) nutricionista RT ou QT, e-mail da Secretaria Municipal de Educação e/ou e-mail do Departamento de Alimentação Escolar).

O(a) senhor(a) participou da pesquisa feita por telefone pelo CECANE UFG/Centro-Oeste sobre educação alimentar e nutricional? ()
Sim () Não

Perguntar ao entrevistado(a) se foi ele(a) que respondeu o questionário referente a primeira fase da pesquisa qualitativa realizada pela equipe do CECANE UFG/Centro-Oeste por telefone sobre as ações de EAN.

B - Formação complementar

O(a) senhor(a) tem cursos de capacitação/qualificação na área de alimentação escolar? Se sim, qual(is)?

Perguntar ao entrevistado(a) se possui formação complementar relacionado a cursos de capacitação/qualificação que contemple a área de alimentação escolar. Caso a resposta for **positiva**, solicitar ao entrevistado(a) que liste os cursos de capacitação/qualificação que realizou (não há delimitação de tempo).

C - Atuação Profissional

Há quanto tempo o(a) senhor(a) atua como nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar?

Perguntar há quanto tempo o(a) nutricionista RT ou QT atua no PNAE. Deixar claro que é independente do município atual. Pode ser levado em consideração à atuação profissional em outros municípios em momentos anteriores.

Há quanto tempo o(a) senhor (a) trabalha no Programa Nacional de Alimentação Escolar neste município?

Perguntar há quanto tempo o(a) nutricionista RT ou QT trabalha (atua) no PNAE neste município.

D - Educação Alimentar e Nutricional

1 - No contexto da alimentação escolar, o que o(a) senhor(a) entende por educação alimentar e nutricional?

Perguntar o que o(a) entrevistado(a) entende por educação alimentar e nutricional. Observar a resposta do(a) entrevistado(a), caso a resposta não lhe permita entender o significado, solicitar ao entrevistado(a) que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**, fazendo com que o mesmo esclareça mais a respeito em termos conceituais.

2 - Na sua opinião, qual o papel do nutricionista no desenvolvimento das ações de educação alimentar e nutricional?

Perguntar ao entrevistado qual é o papel que do nutricionista no desenvolvimento das ações de educação alimentar e nutricional. Caso seja uma resposta que não permita compreender o significado, solicitar ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

3 - A educação alimentar e nutricional faz parte do currículo escolar?

Perguntar ao entrevistado se a EAN faz parte do currículo escolar. Aguardar pela resposta espontânea. Caso seja uma resposta que não permita compreender o significado, solicitar ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**. Caso a resposta seja **negativa**, pular para a questão 5.

4 - Em quais disciplinas a educação alimentar e nutricional está inserida?

Caso a resposta anterior seja **positiva**, perguntar em quais disciplinas a EAN está inserida no currículo escolar.

5 – Fale quais ações de educação alimentar e nutricional são desenvolvidas nas escolas e/ou creches do município?

Perguntar ao entrevistado quais são as ações de EAN desenvolvidas nas escolas e/ou creches do município. Aguardar pela resposta espontânea do(a) entrevistado(a). Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ESTAS AÇÕES**.

6 - Quais os recursos educacionais utilizados para realizar as ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e/ou creches?

Perguntar ao entrevistado quais são os recursos educacionais utilizados para realizar as ações de EAN nas escolas e/ou creches.

Recursos educacionais/didáticos/pedagógicos: conjunto de materiais que auxiliam o processo de aprendizagem, por exemplo: flanelógrafo, cartaz, álbum seriado, slide, vídeo, foto, música, mural, pirâmide alimentar, entre outros.

7 - Nestas ações, quais são os conteúdos abordados na educação alimentar e nutricional?

Perguntar ao entrevistado quais são os conteúdos (temas) abordados na EAN. Caso o(a) entrevistado(a) apresente confusão sobre recursos educacionais e temas trabalhados, esclarecer a diferença entre os mesmos.

8 - Na sua opinião, quem deve planejar estas ações de educação alimentar e nutricional?

Perguntar ao entrevistado qual é a sua opinião sobre quem deve planejar as ações de EAN nas escolas e/ou creches do município.

9 - Na sua opinião, quem deve executar estas ações de educação alimentar e nutricional?

Perguntar ao entrevistado qual é a sua opinião sobre quem deve executar as ações de EAN realizadas nas escolas e/ou creches do município.

10 - As ações de educação alimentar e nutricional tem continuidade no âmbito escolar?

(Se SIM): Quais atores sociais dão continuidade ao desenvolvimento destas ações?

Perguntar ao entrevistado se as ações de EAN tem continuidade no âmbito escolar, ou seja, se são desenvolvidas de forma contínua, se essas ações são retomadas de tempos em tempos e não apenas uma ação pontual. Caso a resposta seja **positiva**, perguntar ao entrevistado

quais são os atores sociais que dão continuidade ao desenvolvimento das ações nas escolas e/ou creches no município.

Atores sociais: coordenadores pedagógicos, diretores, professores, manipuladores, estudantes, etc.

11 - Além da escola, existem outros colaboradores no desenvolvimento destas ações?

Perguntar ao entrevistado se além da escola, existem outros colaboradores no desenvolvimento das ações de EAN. Caso a resposta seja **negativa**, pular para a questão 13. Caso o(a) entrevistado(a) cite atores sociais atuantes na escola, deixar claro que são colaboradores externos ao meio escolar.

12. O(a) senhor(a) pode me explicar de que forma esses parceiros colaboram no desenvolvimento das ações de educação alimentar e nutricional?

Caso a resposta anterior seja **positiva**, perguntar ao entrevistado se ele poderia explicar de que forma esses parceiros colaboram no desenvolvimento das ações de EAN.

13 - O(a) senhor(a) orienta as escolas na realização das ações de educação alimentar e nutricional? (Se SIM): Como é feita essa orientação?

Perguntar ao entrevistado se as escolas e/ou creches são orientadas na realização das ações de EAN. Caso a resposta seja

positiva, perguntar ao entrevistado como são feitas essas orientações para as escolas e/ou creches do município.

14- As ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e/ou creches são avaliadas? (Se SIM): Como é feita essa avaliação?

Perguntar ao entrevistado se as ações de EAN realizadas nas escolas e/ou creches são avaliadas. Caso a resposta seja **positiva**, perguntar ao entrevistado como é feita essa avaliação.

15- Quais fatores motivam a realização das ações de educação alimentar e nutricional?

Perguntar ao entrevistado quais os fatores motivam a realização das ações de EAN nas escolas e/ou creches do município.

16 - Quais são as dificuldades encontradas para a execução das ações de educação alimentar e nutricional?

Perguntar ao entrevistado quais são as dificuldades encontradas para a execução das ações de EAN nas escolas e/ou creches no município.

17 - O(a) senhor(a) tem algum registro do desenvolvimento destas ações?

Perguntar ao entrevistado se possui algum tipo de registro das ações que são realizadas nas escolas e/ou creches do município. Podem

ser considerados registros de ações de EAN relatórios, portfólios, fotografias ou quaisquer outros documentos (no caso de outros documentos é necessário descrevê-lo no campo destinado à isso no roteiro). Peça ao entrevistado para ver os documentos indicados. Em seguida peça permissão para fotografar os registros. Caso o(a) entrevistado(a) não tenha nenhum registro das ações de EAN finalize a entrevista.

E - Observações não verbais

Este espaço é destinado para que o(a) entrevistador(a) faça sua(s) observação(ões) sobre suas impressões durante a entrevista. Anotar também eventuais intercorrências durante a pesquisa.

Importante: Após a entrevista com o nutricionista entregar o caderno PROEXT EAN. Caso o município não tenha nutricionista, entregar para o gestor do PNAE.

5.3.2 Roteiro de Entrevista com o(a) Gestor(a) do PNAE

A - Identificação do(a) Gestor(a) do PNAE

Nome: _____

Anotar o nome completo do(a) gestor(a) do PNAE.

Telefone: _____

Anotar o número do telefone do(a) gestor(a) do PNAE, de preferência solicitar mais de um contato telefônico (celular, Secretaria Municipal de Educação e/ou Departamento de Alimentação Escolar).

E-mail: _____

Anotar o e-mail do(a) gestor(a) local do PNAE, de preferência solicitar mais de um e-mail para o contato (e-mail pessoal do(a) gestor(a), e-mail da Secretaria Municipal de Educação e/ou e-mail do Departamento de Alimentação Escolar).

O(a) senhor(a) participou da pesquisa feita por telefone pelo CECANE UFG/Centro-Oeste sobre educação alimentar e nutricional? () Sim () Não

Perguntar ao entrevistado(a) se foi ele que respondeu o questionário referente a primeira etapa da pesquisa realizada pela equipe do CECANE UFG/Centro-Oeste, por meio de entrevista telefônica.

B - Educação Alimentar e Nutricional

1 - O(a) senhor(a) conhece o Programa Nacional de Alimentação Escolar?

Perguntar ao entrevistado se conhece o PNAE. Esperar a resposta espontânea do(a) entrevistado(a). Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

2 - Porque este município não tem nutricionista responsável técnico pela alimentação escolar?

Perguntar ao entrevistado porque o município não tem nutricionista RT pela alimentação escolar.

3 - A alimentação e nutrição fazem parte do currículo escolar?

Perguntar ao entrevistado se a alimentação e nutrição fazem parte do currículo escolar. Esperar a resposta espontânea do(a) entrevistado(a). Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**. Caso a resposta seja **negativa**, pular para a **questão 5**.

4 - Quais fatores motivam a realização de ações com o conteúdo de alimentação e nutrição nas escolas e/ou creches?

Caso a resposta anterior seja **positiva**, perguntar quais são os fatores motivam a realização das ações como o conteúdo de alimentação e nutrição nas escolas e/ou creches do município.

5 - Quais são as dificuldades encontradas para a realização das ações com conteúdo de alimentação e nutrição nas escolas e/ou creches?

Perguntar ao entrevistado(a) quais são as dificuldades encontradas para a realização das ações com o conteúdo de alimentação e nutrição nas escolas e/ou creches do município.

6 - No contexto da alimentação escolar, o que o(a) senhor(a) entende por educação alimentar e nutricional?

Perguntar ao entrevistado(a), o que o(a) mesmo(a) entende por EAN. Esperar a resposta espontânea do(a) entrevistado(a). Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

7 - O(a) senhor(a) tem algum registro do desenvolvimento destas ações?

Perguntar ao entrevistado(a) se possui algum tipo de registro das ações que são realizadas as escolas e/ou creches do município. Podem ser considerados registros de ações de EAN relatórios, portfólios, fotografias ou quaisquer outros documentos (no caso de outros documentos é necessário descrevê-lo no campo destinado à isso no roteiro da entrevista). Peça ao entrevistado para ver os documentos indicados. Em seguida peça permissão para fotografar os registros. Caso o(a) entrevistado(a) não tenha nenhum registro das ações de EAN finalize o questionário.

C - Observações não verbais

Este espaço é destinado para que o(a) entrevistador(a) faça sua(s) observação(ões) sobre suas impressões durante a entrevista. É importante que o(a) entrevistador(a) seja metódico ao realizar este

procedimento. Anotar também eventuais intercorrências ocorridas durante a pesquisa.

Finalização da entrevista no período matutino

Ao finalizar a aplicação do roteiro semiestruturado, realizar o sorteio aleatório da escola a ser visitada localizada na zona urbana do município. O final da manhã é destinado ao deslocamento para a escola sorteada. Caso ainda haja tempo, poderão ser adiantadas atividades planejadas para o período vespertino.

O sorteio será realizado da seguinte forma:

- ✓ **Passo 1:** solicitar ao nutricionista RT ou QT / gestor(a) local do PNAE ou secretário(a) de educação que confirme quais são as escolas urbanas e rurais do município.
- ✓ **Passo 2:** Solicitar que ao nutricionista RT ou QT / gestor(a) local do PNAE ou Secretário(a) de educação quais são as escolas urbanas ativas do município presentes na lista e que realizam ações de EAN contidas na pasta do município;
- ✓ **Passo 3:** destacar com caneta marca texto as escolas incluídas no sorteio para facilitar a visualização;
- ✓ **Passo 4:** recortar os nomes das escolas incluídas no sorteio, dobrar e colocar dentro do envelope;
- ✓ **Passo 5:** fazer o sorteio aleatório da escola a ser visitada na presença do(a) nutricionista RT ou QT / gestor(a) do PNAE ou secretário(a) de educação;

- ✓ **Passo 6:** Solicitar ao nutricionista RT/QT, ou ao gestor(a) local do PNAE ou ao Secretário(a) de Educação, que confirme a visita na escola sorteada. Caso a escola sorteada tenha alguma impossibilidade de receber a visita ou se recuse, um novo sorteio deverá ser realizado e a nova confirmação deverá ser aguardada.
- ✓ **Passo 7:** Após a confirmação da visita na escola sorteada, colocar os nomes das escolas urbanas (não sorteadas) dentro de um envelope denominado “**Escolas não sorteadas**” e fechar.
- ✓ **Passo 8:** Colocar o nome da escola sorteada dentro de um envelope denominado “**Escola e atores sociais sorteados**” e fechar.

No **período vespertino** serão realizadas entrevistas com o(s) ator(es) social(is) que atuam na escola sorteada. A visita deve ser realizada com o consentimento da Secretaria Municipal de Educação (SME) e deverá ser acompanhada de um(a) profissional da SME podendo ser o(a) nutricionista, o(a) gestor(a) local do PNAE, o(a) Secretário(a) de Educação ou outro(a) profissional que for designado(a) pela SME.

Inicialmente será realizada uma reunião com o(a) diretor(a) e/ou coordenador(a) pedagógico(a) da escola sorteada para a apresentação do projeto. Para que o(a) entrevistador(a) não se esqueça de nenhuma etapa do projeto, foi elaborado um texto padrão para facilitar a organização dos dados a serem apresentados:

“Bom tarde, senhores(as)! Meu nome é _____ e sou integrante da equipe do Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás/Centro-Oeste, o CECANE-UFG/Centro-Oeste. Em parceria com o FNDE, o CECANE

UFG/Centro-Oeste está realizando uma pesquisa com o objetivo de conhecer as ações de educação alimentar e nutricional realizadas nas escolas de alguns municípios brasileiros. Este município foi selecionado para participar desta pesquisa, sendo detectado que são realizadas ações de educação alimentar e nutricional nas escolas e creches. Por meio de sorteio aleatório esta escola foi selecionada para receber uma visita, e durante esta, serão entrevistados alguns atores sociais envolvidos com a realização de ações de educação alimentar e nutricional para os estudantes. Serão realizadas entrevistas com o(a) coordenador(a) pedagógico(a) ou diretor(a) da escola, além de um(a) professor(a) e um(a) manipulador(a) de alimentos, a serem escolhidos por meio de sorteio. Todas as entrevistas serão gravadas e os dados coletados serão mantidos em total sigilo e utilizados apenas para fins dessa pesquisa. Os(as) senhores(as) têm alguma dúvida em relação à pesquisa?”

O(a) entrevistador(a) deverá solucionar as dúvidas pertinentes à pesquisa. Caso o(a) entrevistador(a) tenha alguma dúvida, entrar em contato com a equipe coordenadora do projeto.

✓ **Passo 1:** Entregar a **PASTA DO CECANE** contendo: folder do CAE, folder da Gestão e folder do CECANE, para o(a) Secretário(a) de Educação, o(a) Gestor(a) do local do PNAE e para o(a) nutricionista.

✓ **Passo 2:** Assinar a **LISTA DE FREQUÊNCIA** da reunião de apresentação, lembre-se que a mesma também deverá ser assinada na reunião na escola e assinada por todos os(as) entrevistados(as). **Passo 3:** Iniciar os procedimentos para a realização o sorteio aleatório do(a)

professor(a) e do(a) manipulador(a) de alimentos que serão entrevistados(as);

✓ **Passo 4:** Solicitar ao coordenador(a) pedagógico ou ao diretor(a) da escola quais são os(as) professores(as) que estão presentes na escola durante à visita que realizam ações de EAN com os estudantes e os(as) manipulador(es) de alimentos;

✓ **Passo 5:** Escrever os nomes dos(as) professores(as) e dos(as) manipuladores(as) de alimentos da escola visitada nas fichas com pauta contidas dentro da pasta do município visitado;

✓ **Passo 6:** Recortar os nomes dos(as) professor(es) e dos(as) manipuladores(as) de alimentos incluídas no sorteio, dobrar e colocar dentro do envelope;

✓ **Passo 7:** Fazer o sorteio do(a) professor(a) e do(a) manipulador(a) de alimentos na presença do(a) coordenador(a) pedagógico ou do(a) diretor(a) da escola visitada. Em caso de recusa ou impossibilidade da participação do(a) professor(a) ou do(a) manipulador(a) de alimentos realizar um novo sorteio;

✓ **Passo 8:** Após a confirmação dos(as) entrevistados(as) colocar os nomes dos(as) professores(as) e dos(as) manipuladores(as) de alimentos (não sorteadas) dentro de um envelope denominado “**Atores sociais não sorteadas**” e fechar.

✓ **Passo 9:** Colocar o nome do(a) professor(a) e do(a) manipulador(a) de alimentos sorteadas dentro de um envelope denominado “**Escola e atores sociais sorteados**” e fechar.

O(a) primeiro(a) a ser entrevistado(a) será o(a) coordenador(a) pedagógico(a) da escola (Bloco IIA). Na ausência deste, o(a) diretor(a) da escola deverá ser entrevistado(a). Ao final desta entrevista será realizado um sorteio aleatório de um(a) professor(a) (BLOCO IIB) e um(a) manipulador(a) de alimentos (BLOCO IIC).

✓ **Passo 1:** Reúna os materiais descritos no *Check-list* (Anexo A) presentes na pasta do município visitado;

✓ **Passo 2:** Certifique-se de que seu celular está no **modo silencioso**;

✓ **Passo 3:** Preencha o campo destinado a identificação do(a) entrevistador(a) e a data de realização da entrevista;

✓ **Passo 4:** Entregar o TCLE e fazer a leitura para o(a) entrevistado(a);

✓ **Passo 5:** Caso o(a) entrevistado(a) aceite participar da pesquisa, preencher TCLE com os dados solicitados, certificar-se de que todos os dados estão preenchidos corretamente. O(a) entrevistado(a) deverá assinar as duas vias, sendo uma do(a) entrevistado(a) e outra do(a) entrevistador(a);

✓ **Passo 6:** Entregar a PASTA DO CECANE, contendo: folder do CAE, folder da Gestão e folder do CECANE para o(a) entrevistado(a);

✓ **Passo 8:** Ligue os dois gravadores de áudio e certifique-se que está tudo funcionando;

✓ **Passo 9:** Identifique-se ao entrevistado(a), de forma cordial, e deixe-o(a) à vontade para fazer eventuais interrupções, caso necessário.

✓ **Passo 10:** A entrevista deverá ser iniciada do seguinte padrão: nome do município, estado, nome da escola, qual o(a) ator(a) social entrevistado(a).

EXEMPLO:

Período vespertino: Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, Escola Municipal Padre Pelágio, entrevista com Coordenador(a) Pedagógico.

5.3.3 Roteiro de Entrevista com o(a) Coordenador(a) Pedagógico ou o(a) Diretor(a)

A - Identificação do(a) Coordenador(a) Pedagógico ou do(a) Diretor(a)

Nome: _____

Anotar o nome completo do(a) coordenador(a) pedagógico ou do(a) diretor(a) da escola.

Caso o(a) entrevistador(a) tenha dúvida:

✓ **Coordenador pedagógico:** é o ator social que presta assessoria permanente e continuada ao trabalho docente. Tem como atribuições: acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, docência e avaliação; fornecer subsídios que permitam aos professores atualizarem-se e aperfeiçoarem-se; promover reuniões, discussões e debates com a população escolar e a comunidade; estimular os professores a

desenvolverem com entusiasmo suas atividades, procurando auxiliá-los na prevenção e na solução dos problemas que aparecem (LIMA; SANTOS, 2007);

- ✓ **Diretor de escola:** é o articulador de toda a equipe de educadores. Sua atuação é fundamental para a criação de um ambiente propício para a discussão de questões referentes ao ensino-aprendizagem, à participação colaborativa, à construção de cidadania e à implementação de programas de formação contínua de educadores (ARANHA, 2009).

Telefone: _____

Anotar o número do telefone do(a) coordenador(a) pedagógico ou do(a) diretor(a) da escola, de preferência solicitar mais de um contato telefônico (celular, escola municipal visitada).

E-mail: _____

Anotar o e-mail do(a) coordenador(a) pedagógico ou do(a) diretor(a) da escola, de preferência solicitar mais de um e-mail para o contato (e-mail pessoal do(a) coordenador(a) pedagógico ou do(a) diretor(a) da escola, e-mail da escola municipal visitada).

Formação: _____

Perguntar ao coordenador(a) pedagógico(a) ou diretor(a) da escola qual é a sua formação profissional.

Há quanto tempo o(a) senhor(a) trabalha como coordenador pedagógico/diretor?

Perguntar ao coordenador(a) pedagógico(a) ou diretor(a) há quanto tempo que está trabalhando neste cargo na escola.

B - Educação Alimentar e Nutricional

1- O que o(a) senhor(a) sabe sobre a alimentação escolar?

Perguntar ao entrevistado(a) que ele sabe (entende) sobre alimentação escolar. Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

2 - Na sua opinião, qual o papel da alimentação escolar no processo educativo?

Perguntar ao entrevistado qual é a sua opinião em relação ao papel da alimentação escolar no processo educativo do aluno. Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

3 - O(a) senhor(a) recebe alguma orientação da Secretaria Municipal de Educação sobre a alimentação escolar? (Se *SIM*) Quais orientações são passadas? Quem faz essas orientações?

Perguntar ao entrevistado se recebe algum tipo de orientação por parte da Secretaria Municipal de Educação sobre a alimentação escolar. Caso a resposta for **positiva**, perguntar quais as orientações que são passadas e se o(a) entrevistado(a) sabe quem é o responsável por fazer essas orientações.

Caso o município **NÃO** tenha o profissional nutricionista RT não aplicar a questão 4.

4 – Você realiza/realizou ações conjuntas com o(a) nutricionista da alimentação escolar do município? (Se SIM): Como são estas atividades? (Se NÃO): Na sua opinião, por que não são realizadas atividades conjuntas?

Perguntar ao entrevistado se realiza/realizou atividades conjuntas com o(a) nutricionista da alimentação escolar do município. Caso a resposta seja positiva, perguntar ao entrevistado como são/foram estas atividades. Caso a resposta seja negativa, perguntar ao entrevistado qual é a sua opinião sobre porque estas atividades conjuntas não foram realizadas.

5 - O tema “alimentação e nutrição” faz parte do projeto político pedagógico da escola? (Se SIM): Como o tema “alimentação e nutrição” é trabalhado no projeto político pedagógico?

Perguntar ao entrevistado se o tema alimentação e nutrição faz parte do projeto político pedagógico da escola. Caso a resposta seja **positiva**, perguntar ao entrevistado como o tema “alimentação e nutrição” é

trabalhado no projeto político pedagógico. Aguardar pela resposta espontânea do(a) entrevistado(a). Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**. Caso a escola não tenha projeto político pedagógico, perguntar se o tema “alimentação e nutrição” faz parte do currículo escolar.

6 - Quais os recursos educacionais utilizados para realizar estas ações?

Perguntar ao entrevistado quais são os recursos educacionais que são utilizados para realizar estas ações de alimentação e nutrição.

Recursos educacionais/recursos didáticos: conjunto de materiais que auxiliam o processo de aprendizagem, por exemplo: flanelógrafo, cartaz, álbum seriado, slide, vídeo, foto, música, mural, entre outros.

7 - Na sua opinião, o que é educação alimentar e nutricional?

Perguntar ao entrevistado qual sua opinião sobre o que é EAN. Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

8 - Considerando a sua opinião sobre o que é educação alimentar e nutricional, como o(a) senhor(a) enxerga que a educação alimentar e nutricional ocorre na escola?

Perguntar ao entrevistado(a) como ele(a) enxerga que a EAN ocorre na escola. Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

C - Observações não verbais

Este espaço é destinado para que o(a) entrevistador(a) faça sua(s) observação(ões) sobre suas impressões durante a entrevista. É importante que o(a) entrevistador(a) seja metódico ao realizar este procedimento. Anotar também eventuais intercorrências ocorridas durante a pesquisa.

Importante: Após a entrevista com o coordenador pedagógico/diretor entregar o caderno PROEXT EAN.

5.3.4 Roteiro de Entrevista com o(a) Professor(a)

A - Identificação do(a) professor(a)

Nome: _____

Anotar o nome completo do(a) professor(a) da escola.

Telefone: _____

Anotar o número do telefone do(a) professor(a) da escola, de preferência solicitar mais de um contato telefônico (celular, escola municipal visitada).

E-mail: _____

Anotar o e-mail do(a) professor(a) da escola, de preferência solicitar mais de um e-mail para o contato (e-mail pessoal do(a) professor(a), e-mail da escola municipal visitada).

Formação: _____

Perguntar ao professor da escola qual é a sua formação profissional.

Disciplina(s) que ministra: _____

Perguntar ao professor qual(ais) a(s) disciplina(s) o(a) mesmo(a) ministra na escola.

Ano (série) em que é professor(a): _____

Perguntar ao professor(a) em qual ano (série) em que é(são) ministrada(s) a(s) disciplina(s).

Há quanto tempo o(a) senhor(a) trabalha como professor(a)? _____

Perguntar ao professor (a) há quanto tempo está trabalhando (atuando).

B – Educação Alimentar e Nutricional

1 - O que o(a) senhor(a) sabe sobre a alimentação escolar?

Perguntar ao entrevistado(a) que ele sabe (entende) sobre alimentação escolar. Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

2 - Na sua opinião, qual o papel da alimentação escolar no processo educativo?

Perguntar ao entrevistado(a) qual é a sua opinião em relação ao papel da alimentação escolar no processo educativo do aluno. Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

3 - O(a) senhor(a) recebe alguma orientação da Secretaria Municipal de Educação sobre a alimentação escolar? (Se SIM) Quais orientações são passadas? Quem faz essas orientações?

Perguntar ao entrevistado se recebe algum tipo de orientação por parte da Secretaria Municipal de Educação sobre a alimentação escolar. Caso a resposta seja **positiva**, perguntar quais as orientações são passadas e quem faz essas orientações.

Caso o município **NAO** tenha o profissional nutricionista RT não aplicar a questão 4.

4 – Você realiza/realizou ações conjuntas com o(a) nutricionista da alimentação escolar do município? (Se SIM): Como são estas atividades? (Se NÃO): Na sua opinião, por que não são realizadas atividades conjuntas?

Perguntar ao entrevistado se realiza/realizou atividades conjuntas com o(a) nutricionista da alimentação escolar do município. Caso a resposta seja positiva, perguntar ao entrevistado como são/foram estas atividades. Caso a resposta seja negativa, perguntar ao entrevistado qual é a sua opinião sobre porque estas atividades conjuntas não foram realizadas.

5 - O tema “alimentação e nutrição” faz parte do projeto político pedagógico da escola? (Se SIM): Como o tema “alimentação e nutrição” é trabalhado no projeto político pedagógico?

Perguntar ao entrevistado se o tema alimentação e nutrição faz parte do projeto político pedagógico da escola. Caso a resposta seja **positiva**, perguntar ao entrevistado como o tema “alimentação e nutrição” é trabalhado no projeto político pedagógico. Aguardar pela resposta espontânea do(a) entrevistado(a). Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**. Caso a escola não tenha projeto político pedagógico, perguntar se o tema “alimentação e nutrição” faz parte do currículo escolar.

6 - Em quais disciplinas o tema “alimentação e nutrição” é trabalhado?

Caso a resposta anterior seja **positiva**, perguntar em quais disciplinas o tema alimentação e nutrição é trabalhado.

Perguntar ao entrevistado quais são os conteúdos (temas) abordados dentro do tema alimentação e nutrição.

8 - Quais os recursos educacionais utilizados para realizar as?

Perguntar ao entrevistado quais são os recursos educacionais utilizados para realizar as ações de EAN nas escolas e/ou creches.

Recursos educacionais/didáticos/pedagógicos: conjunto de materiais que auxiliam o processo de aprendizagem, por exemplo: flanelógrafo, cartaz, álbum seriado, slide, vídeo, foto, música, mural, pirâmide alimentar, entre outros.

9 - Na sua opinião, o que é educação alimentar e nutricional?

Perguntar ao entrevistado qual sua opinião sobre o que é EAN.

Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

10 - Considerando a sua opinião sobre o que é educação alimentar e nutricional, como o(a) senhor(a) percebe que a educação alimentar e nutricional ocorre na escola?

Perguntar ao entrevistado qual a sua percepção sobre como a EAN ocorre na escola, considerando sua opinião sobre o que é EAN.

11- Quais fatores motivam a realização das ações de educação alimentar e nutricional?

Perguntar ao entrevistado quais os fatores motivam a realização

7 - Quais são os conteúdos abordados sobre o tema “alimentação e nutrição”?

das ações de EAN nas escolas e/ou creches do município.

12 - Quais são as dificuldades encontradas para a execução das ações de educação alimentar e nutricional?

Perguntar ao entrevistado quais são as dificuldades encontradas para a execução das ações de EAN nas escolas e/ou creches no município.

13 - O(a) senhor(a) tem algum registro do desenvolvimento destas ações?

Perguntar ao entrevistado se possui algum tipo de registro das ações que são realizadas nas escolas e/ou creches do município. Podem ser considerados registros de ações de EAN relatórios, portfólios, fotografias ou quaisquer outros documentos (no caso de outros documentos é necessário descrevê-lo no campo destinado à isso no roteiro). Peça ao entrevistado para ver os documentos indicados. Em seguida peça permissão para fotografar os registros. Caso o(a) entrevistado(a) não tenha nenhum registro das ações de EAN finalize a entrevista.

C - Observações não verbais

Este espaço é destinado para que o(a) entrevistador(a) faça sua(s) observação(ões) sobre suas impressões durante a entrevista. É importante que o(a) entrevistador(a) seja metódico ao realizar este procedimento. Anotar também eventuais intercorrências ocorridas durante a pesquisa.

5.3.5 Roteiro de Entrevista com o(a) Manipulador(a) de alimentos

A - Identificação do(a) manipulador(a) de alimentos

Nome: _____

Anotar o nome completo do(a) manipulador(a) de alimentos da escola.

Telefone: _____

Anotar o número do telefone do(a) manipulador(a) de alimentos da escola, de preferência solicitar mais de um contato telefônico (celular e da escola municipal visitada).

E-mail: _____

Anotar o e-mail do(a) manipulador(a) de alimentos da escola, de preferência solicitar mais de um e-mail para o contato (e-mail pessoal do(a) manipulador(a) de alimentos da escola e o e-mail da escola municipal visitada).

Escolaridade: _____

Perguntar ao manipulador de alimentos da escola qual é a sua formação profissional.

Há quanto tempo trabalha como manipulador(a) de alimentos? _____

Perguntar ao manipulador(a) de alimentos há quanto tempo que está trabalhando nesta função.

B – Educação Alimentar e Nutricional

1- O que o(a) senhor(a) sabe sobre a alimentação escolar?

Perguntar ao entrevistado(a) que ele sabe sobre alimentação escolar. Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

2 - Na sua opinião, qual o papel da alimentação escolar no processo educativo?

Perguntar ao entrevistado(a) qual é a sua opinião em relação ao papel da alimentação escolar no processo educativo do aluno. Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

3 - Na sua opinião, quais são as funções do(a) manipulador(a) de alimentos (merendeiro(a)) em uma escola?

Perguntar ao entrevistado(a), na sua opinião quais são as funções (atribuições) do(a) manipulador(a) de alimentos em uma escola.

4 - O(a) senhor(a) recebe alguma orientação da Secretaria Municipal de Educação sobre a alimentação escolar? (Se SIM) Quais orientações são passadas? Quem faz essas orientações?

Perguntar ao entrevistado(a) se recebe algum tipo de orientação por parte da Secretaria Municipal de Educação sobre a alimentação escolar. Caso a resposta for *positiva*, perguntar quais as orientações que são passadas e se o(a) entrevistado(a) sabe quem é o responsável por fazer essas orientações.

Caso o município **NAO** tenha o profissional nutricionista RT não aplicar a questão 6.

4 – Você realiza/realizou ações conjuntas com o(a) nutricionista da alimentação escolar do município? (Se SIM): Como são estas atividades? (Se NÃO): Na sua opinião, por que não são realizadas atividades conjuntas?

Perguntar ao entrevistado se realiza/realizou atividades conjuntas com o(a) nutricionista da alimentação escolar do município. Caso a resposta seja positiva, perguntar ao entrevistado como são/foram estas atividades. Caso a resposta seja negativa, perguntar ao entrevistado qual

é a sua opinião sobre porque estas atividades conjuntas não foram realizadas.

6 - Na sua opinião, o que é educação alimentar e nutricional?

Perguntar ao entrevistado qual sua opinião sobre o que é EAN. Caso a resposta não permita compreender o significado, solicite ao entrevistado que **EXPLIQUE MAIS SOBRE ISSO**.

7 - Considerando a sua opinião sobre o que é educação alimentar e nutricional, como o(a) senhor(a) enxerga que a educação alimentar e nutricional ocorre na escola?

Perguntar ao entrevistado qual a sua percepção sobre como a EAN ocorre na escola, considerando sua opinião sobre o que é EAN.

C - Observações não verbais

Este espaço é destinado para que o(a) entrevistador(a) faça sua(s) observação(ões) sobre suas impressões durante a entrevista. É importante que o(a) entrevistador(a) seja metódico ao realizar este procedimento. Anotar também eventuais intercorrências ocorridas durante a pesquisa.

5.4 FINALIZANDO A ENTREVISTA

Ao término das entrevistas, antes de desligar o gravador, confira se todas as questões do roteiro foram realizadas e agradeça aos entrevistados por terem participado da pesquisa.

E para a finalização do instrumento lembre-se de:

- ✓ **Passo 1:** Desligar o gravador e certificar-se de que a conversa foi devidamente gravada;
- ✓ **Passo 2:** Enviar o áudio gravado para a pasta nomeada com o nome do município e estado;
- ✓ **Passo 3:** Renomear os arquivos de gravação das entrevistas.

Renomear:

Município: colocar o nome do município que foi realizada a entrevista

Estado: colocar a sigla do Estado em que foi realizado a entrevista

Profissional: colocar qual foi o profissional entrevistado

Exemplo: Goiânia_GO_nutricionista

- ✓ **Passo 4:** Colocar o roteiro de entrevista na pasta do município;
- ✓ **Passo 5:** Enviar o arquivo da gravação para o e-mail do projeto da FAN;

E-mail: eancecaneufg@gmail.com **Senha:** cecaneufg

- ✓ **Passo 6:** Fazer um back-up dos arquivos de gravação para um pen-drive ou CD e entregar à equipe de coordenação do projeto.

REFERÊNCIAS

ARANHA, E. M. G. **O papel do diretor escolar: uma discussão colaborativa.** 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

CFN – CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução CFN nº 465/2010.** Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista, estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e dá outras providências. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <http://www.cfn.org.br/novosite/arquivos/Resol-CFN-465-atribuicao-nutricionista-PAE.pdf>.

LIMA, P. G.; SANTOS, S. M. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. **EducereetEducere**, Cascavel, v. 2, n. 4, p. 77-90, 2007.

Anexo C –Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Ações de educação alimentar e nutricional em municípios brasileiros

O(a) Senhor(a) está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), de uma pesquisa. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, o(a) Senhor(a) não será penalizado(a) de forma alguma. Em caso de dúvida, você pode procurar um dos pesquisadores participantes da pesquisa pelos seguintes contatos:

Pesquisador responsável	Telefone	E-mail
Estelamaris Tronco Monego	(62) 9601-1412	emonego@fanut.ufg.br
Pesquisadoras participantes	Telefone	E-mail
Lucilene Maria de Sousa	(62) 9265-7899	lucilenemaria.sousa@gmail.com
Veruska Prado Alexandre	(62) 8139-6910	veruska.prado@gmail.com
Maria Raquel H. Campos	(62) 9971-3719	raq7@brturbo.com.br
Karine Anusca Martins	(62) 9605-5715	karineanusca@gmail.com
Simoni Urbano da Silva	(62) 9252-0912	simoni.urbano@gmail.com
Nicolly Patrícia Gregório	(62) 8292-0476	nicolly_npg@hotmail.com
Barbarah G. de Araújo Souza	(62) 8262-1585	barbarahgregorio@gmail.com
Gabriela Benevides Soares	(62) 8525-0075	gabibsoares@gmail.com
Raquel Machado Schincaglia	(62) 8519-0094	rmsquel@msn.com

Em caso de dúvidas **sobre os seus direitos** como participante nesta pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis, bem como com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, nos telefones: 3521-1075 ou 3521-1076. A ligação para qualquer um dos números poderá ser feita a cobrar.

A pesquisa tem como objetivo avaliar as ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas em municípios selecionados de regiões geográficas do Brasil, conforme disciplinado na Lei 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº38/2009.

Se aceitar ser inserido na pesquisa, o(a) senhor(a) participará de uma conversa no formato de entrevista, sendo estas sessões gravadas (áudio) para posterior transcrição. A gravação da entrevista será excluída após um período igual e não superior a cinco anos.

A sua participação na pesquisa é voluntária, e o(a) Senhor(a) não será remunerado(a) por isso. O senhor (a) não precisa responder às perguntas ou parte dos questionamentos em que se sinta envergonhado (a) ou desconfortável.

As informações fornecidas pelo(a) Senhor(a) serão de uso exclusivo desta pesquisa e de acesso limitado aos pesquisadores. A escolha em participar ou não desta pesquisa não terá implicação negativa sobre você ou seu trabalho na escola, Secretaria de Educação. O senhor (a) tem a liberdade de desistir a qualquer momento e retirar o seu consentimento sem prejuízo pessoal.

A possibilidade de ocorrer algum risco físico ou desconforto ao Senhor(a) durante a realização da pesquisa é mínima. Em caso de ocorrer algum eventual problema decorrente da pesquisa, o pesquisador responsável tomará as providências necessárias.

A pesquisa não traz benefícios diretos ao Senhor(a), porém será de grande importância para o fortalecimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas públicas dos municípios brasileiros, contribuindo para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar e consequente garantia da Segurança Alimentar e Nutricional dos estudantes.

Os resultados serão divulgados por meio de reunião com todos os participantes e representantes das Secretarias Municipais de Educação antes de qualquer publicação, em local previamente agendado. Posteriormente, serão compartilhados mais amplamente, por publicações e eventos científicos. Nas publicações, a sua identidade será mantida em sigilo.

Esta pesquisa foi analisada e aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, que é um comitê cuja tarefa é ter certeza de que você será bem atendida(o) e protegida(o) de qualquer dano.

O (a) senhor(a) tem alguma dúvida em relação à esta pesquisa? O (a) senhor(a) aceita participar desta pesquisa?

Nome e assinatura do pesquisador: _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, identidade _____ (ou CPF) _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Avaliação das ações de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas no Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios do estado de Goiás”, como sujeito. Fui devidamente informada(o) e esclarecida(o) pela pesquisadora _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Estou consciente que não terei benefício pessoal. Fui informada(o) de como entrar em contato com os pesquisadores participantes e com o Comitê de Ética. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____

Nome e Assinatura do sujeito: _____

Anexo D – Termo de anuência**TERMO DE ANUÊNCIA**

Eu, _____, Secretário(a) da Educação do município de _____, atesto ter conhecimento e concordo com a participação da Secretaria da Educação de _____ na pesquisa “Ações de educação alimentar e nutricional em municípios brasileiros”, que tem por objetivo avaliar as ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas em municípios selecionados de regiões geográficas do Brasil, conforme disciplinado na Lei 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE nº 38/2009. Tal pesquisa é financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC), desenvolvida pelo Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar da Universidade Federal de Goiás e Região Centro-Oeste (CECANE UFG/Centro-Oeste) e cadastrada no Comitê de Ética em pesquisa pelo protocolo nº 034/2013.

Assinatura: _____

Secretário(a) da Educação do Município de _____

Anexo E – Normas para publicação da revista

Apresentação de Manuscritos

1. Os originais podem ser escritos em português, espanhol, francês e inglês. Os textos em português e espanhol devem ter título, resumo e palavras-chave na língua original e em inglês. Os textos em francês e inglês devem ter título, resumo e palavras-chave na língua original e em português. Não serão aceitas notas de pé-de-página ou no final dos artigos.
2. Os textos têm de ser digitados em espaço duplo, na fonte Times New Roman, no corpo 12, margens de 2,5 cm, formato Word e encaminhados apenas pelo endereço eletrônico (<http://mc04.manuscriptcentral.com/csc-scielo>) segundo as orientações do site.
3. Os artigos publicados serão de propriedade da revista C&SC, ficando proibida a reprodução total ou parcial em qualquer meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem a prévia autorização dos editores-chefes da Revista. A publicação secundária deve indicar a fonte da publicação original.
4. Os artigos submetidos à C&SC não podem ser propostos simultaneamente para outros periódicos.
5. As questões éticas referentes às publicações de pesquisa com seres humanos são de inteira responsabilidade dos autores e devem estar em conformidade com os princípios contidos na Declaração de Helsinque da Associação Médica Mundial (1964, reformulada em 1975, 1983, 1989, 1989, 1996 e 2000).
6. Os artigos devem ser encaminhados com as autorizações para reproduzir material publicado anteriormente, para usar ilustrações que possam identificar pessoas e para transferir direitos de autor e outros documentos.
7. Os conceitos e opiniões expressos nos artigos, bem como a exatidão e a procedência das citações são de exclusiva responsabilidade dos autores.
8. Os textos são em geral (mas não necessariamente) divididos em seções com os títulos Introdução, Métodos, Resultados e Discussão, às vezes, sendo necessária a inclusão de subtítulos em algumas seções. Os títulos e subtítulos das seções não devem estar organizados com numeração progressiva, mas com recursos gráficos (caixa alta, recuo na margem etc.).

9. O título deve ter 120 caracteres com espaço e o resumo/abstract, com no máximo 1.400 caracteres com espaço (incluindo palavras-chave/keywords), deve explicitar o objeto, os objetivos, a metodologia, a abordagem teórica e os resultados do estudo ou investigação. Logo abaixo do resumo os autores devem indicar até no máximo, cinco (5) palavras-chave. palavras-chave/keywords. Chamamos a atenção para a importância da clareza e objetividade na redação do resumo, que certamente contribuirá no interesse do leitor pelo artigo, e das palavras-chave, que auxiliarão a indexação múltipla do artigo. As palavras-chaves na língua original e em inglês devem constar no DeCS/MeSH (<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/mesh/e> <http://decs.bvs.br/>).

Autoria

1. As pessoas designadas como autores devem ter participado na elaboração dos artigos de modo que possam assumir publicamente a responsabilidade pelo seu conteúdo. A qualificação como autor deve pressupor: a) a concepção e o delineamento ou a análise e interpretação dos dados, b) redação do artigo ou a sua revisão crítica, e c) aprovação da versão a ser publicada.
2. No final do texto devem ser especificadas as contribuições individuais de cada autor na elaboração do artigo (ex. LM Fernandes trabalhou na concepção e na redação final e CM Guimarães, na pesquisa e na metodologia).

Nomenclaturas

1. Devem ser observadas rigidamente as regras de nomenclatura de saúde pública/saúde coletiva, assim como abreviaturas e convenções adotadas em disciplinas especializadas. Devem ser evitadas abreviaturas no título e no resumo.
2. A designação completa à qual se refere uma abreviatura deve preceder a primeira ocorrência desta no texto, a menos que se trate de uma unidade de medida padrão.

Ilustrações

1. O material ilustrativo da revista C&SC compreende tabela (elementos demonstrativos como números, medidas, percentagens, etc.), quadro (elementos demonstrativos com informações textuais), gráficos (demonstração esquemática de um fato e suas variações), figura(demonstração esquemática de informações por meio de mapas, diagramas, fluxogramas, como também por meio de desenhos ou

fotografias). Vale lembrar que a revista é impressa em apenas uma cor, o preto, e caso o material ilustrativo seja colorido, será convertido para tons de cinza.

2. O número de material ilustrativo deve ser de, no máximo, cinco por artigo, salvo exceções referentes a artigos de sistematização de áreas específicas do campo temático. Nesse caso os autores devem negociar com os editores-chefes.

3. Todo o material ilustrativo deve ser numerado consecutivamente em algarismos arábicos, com suas respectivas legendas e fontes, e a cada um deve ser atribuído um breve título. Todas as ilustrações devem ser citadas no texto.

4. As tabelas e os quadros devem ser confeccionados no mesmo programa utilizado na confecção do artigo (Word).

5. Os gráficos devem estar no programa Excel, e os dados numéricos devem ser enviados, em separado no programa Word ou em outra planilha como texto, para facilitar o recurso de copiar e colar. Os gráficos gerados em programa de imagem (Corel Draw ou Photoshop) devem ser enviados em arquivo aberto com uma cópia em pdf.

6. Os arquivos das figuras (mapa, por ex.) devem ser salvos no (ou exportados para o) formato Illustrator ou Corel Draw com uma cópia em pdf. Estes formatos conservam a informação vetorial, ou seja, conservam as linhas de desenho dos mapas. Se for impossível salvar nesses formatos; os arquivos podem ser enviados nos formatos TIFF ou BMP, que são formatos de imagem e não conservam sua informação vetorial, o que prejudica a qualidade do resultado. Se usar o formato TIFF ou BMP, salvar na maior resolução (300 ou mais DPI) e maior tamanho (lado maior = 18cm). O mesmo se aplica para o material que estiver em fotografia. Caso não seja possível enviar as ilustrações no meio digital, o material original deve ser mandado em boas condições para reprodução.

Agradecimentos

1. Quando existirem, devem ser colocados antes das referências bibliográficas.

2. Os autores são responsáveis pela obtenção de autorização escrita das pessoas nomeadas nos agradecimentos, dado que os leitores podem inferir que tais pessoas subscrevem os dados e as conclusões.

3. O agradecimento ao apoio técnico deve estar em parágrafo diferente dos outros tipos de contribuição.

Referências

1. As referências devem ser numeradas de forma consecutiva de acordo com a ordem em que forem sendo citadas no texto. No caso de as referências serem de mais de dois autores, no corpo do texto deve ser citado apenas o nome do primeiro autor seguido da expressão *et al.*

2. Devem ser identificadas por números arábicos sobrescritos, conforme exemplos abaixo:

ex. 1: “Outro indicador analisado foi o de maturidade do PSF” 11 ...

ex. 2: “Como alerta Maria Adélia de Souza 4, a cidade...”

As referências citadas somente nos quadros e figuras devem ser numeradas a partir do número da última referência citada no texto.

3. As referências citadas devem ser listadas ao final do artigo, em ordem numérica, seguindo as normas gerais dos *Requisitos uniformes para manuscritos apresentados a periódicos biomédicos* (http://www.nlm.nih.gov/bsd/uniform_requirements.html).

4. Os nomes das revistas devem ser abreviados de acordo com o estilo usado no Index Medicus (<http://www.nlm.nih.gov/>).

5. O nome de pessoa, cidades e países devem ser citados na língua original da publicação.